



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

**Dissertação Apresentada em Cumprimento Parcial dos Requisitos para a Obtenção do
Grau de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão De Desenvolvimento
pela UEM**

Autor:
Manuel Yazalde Cipriano Macaime

**Responsabilidade Social Das Empresas No Contexto Rural: Estudo De Caso da SASOL em
Inhassoro, 2015-2021**

Tutor:
Prof. Doutor Manuel Macia

Maputo, Março de 2023

MANUEL YAZALDE CIPRIANO MACAIME

RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS:

Um estudo sobre responsabilidade social empresarial das multinacionais no contexto do desenvolvimento rural das comunidades, caso da SASOL em Inhassoro (Inhambane).

Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane como Requisito Parcial para a obtenção do grau de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão De Desenvolvimento.

O Júri

O Supervisor:

Prof. Doutor Manuel Macia

O Arguente:

O Presidente:

Maputo, Março de 2023

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Manuel Yazalde Cipriano Macaime** declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que o mesmo, constitui o resultado do meu trabalho sob orientação do meu tutor, Prof. Doutor Manuel Macia. Esta dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestrado, da Universidade Eduardo Mondlane.

Maputo, Março de 2023

(Manuel Yazalde Cipriano Macaime)

DEDICATÓRIA

À minha família, meu filho Yazalde, meus pais, Cipriano e Catarina Macaime e irmãos!

AGRADECIMENTOS

Tal como todo estudante na vida académica têm momentos memoráveis marcados por eventos difíceis e os demais nem tanto comigo não foi diferente. Durante meu percurso estudantil tive obstáculos que, longe de obscurecerem meu trajecto, aumentaram o brilho da minha determinação, impulsionando-me com mais força e desvelo. Brilhantes e acolhedoras também foram as pessoas que contribuíram para a finalização da presente pesquisa, seja na execução do trabalho, seja apenas pelo facto de existirem. Aqui vão os meus agradecimentos especiais:

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela dádiva da vida e por me dar forças e amparo nos momentos mais difíceis da minha vida, aumentando a minha fé e direccionando-me rumo aos meus sonhos. Aos meus pais, Cipriano Macaime e Catarina Macaime, pelo amor, por acreditarem em mim e por me ensinarem suas lições de fé e de experiência de vida; Em segundo lugar a todos os meus familiares que, de formas distintas, participaram desta longa e dura caminhada. A minha companheira de batalhas, a Paola, aos meus amigos que ouviram meus desabafos, acompanharam a minha caminhada, momentos difíceis e ajudaram-me com conselhos, palavras motivadoras nos momentos em que mais precisei.

Agradeço igualmente aos colaboradores da SASOL, do Governo de Inhassoro e Comunidades pela hospitalidade e acolhimento e pela disposição para que o trabalho pudesse ser concluído e a turma (2020) de MSG, pelas vivências, pelo amparo e sobretudo pelo espírito de equipa enquanto colegas/estudantes o meu muito obrigado!

A todos os professores do Departamento de Sociologia pelo aprendizado proporcionado; E, finalmente, meu agradecimento especial ao meu orientador, Professor Manuel Macia pela orientação segura, paciência e pela credibilidade no meu trabalho, o meu muitíssimo obrigado.

EPÍGRAF

Cada dia a natureza produz o suficiente para a nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

Mahatma Gandhi.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	viii
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - ESTADO DE ARTE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS	7
2.1. Gênese e Evolução da Abordagem Sobre a Responsabilidade Social Empresarial.....	7
2.2. Abordagens teóricas sobre RSE a luz de discussão teórica a partir de diferentes análises	10
2.3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	17
2.3.1. Quadro Teórico	17
2.3.1.1. <i>Teoria da Sociedade de Risco</i>	17
2.3.1.1.1. <i>Pressupostos</i>	18
2.3.1.1.2. <i>Aplicabilidade da Teoria ao Tema</i>	19
2.3.1.2. <i>Teoria dos Stakeholders e Responsabilidade Social</i>	19
2.3.1.2.1. <i>Pressupostos</i>	19
2.3.1.2.2. <i>Aplicabilidade da Teoria ao tema</i>	20
2.3.2. Enquadramento Conceptual	20
2.3.2.1. <i>Stakeholders</i>	20
2.3.2.2. <i>Participação</i>	21
2.3.2.3. <i>Desenvolvimento Económico</i>	21
2.2.3.4. <i>Desenvolvimento Local</i>	22
2.2.3.5. <i>Empresa Multinacional (EMN)</i>	23
2.2.3.6. <i>Responsabilidade Social Empresarial (RSE)</i>	24
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	26
3.1. Caracterização da Pesquisa Quanto ao Método de Abordagem e Procedimento	26
3.2. Natureza e Objectivos da Pesquisa	26
3.3. Técnicas de Recolha de Dados	27
3.4. Análise de Dados	28
3.5. Universo ou População	28
3.6. Amostragem.....	29
3.7. Questões Éticas da Pesquisa	29

3.7.1. <i>Confiabilidade e Privacidade</i>	30
3.7.2. <i>Constrangimentos da Pesquisa no âmbito da recolha de dados</i>	30
3.8. Descrição da área de estudo	31
3.8.1. <i>Caracterização da SASOL</i>	32
CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	35
4.1. Grau De Percepções Sociais sobre a Temática de Responsabilidade Social das Empresas 36	
4.2. Prática da RSE por parte das empresas inseridas no distrito	38
4.3. Grau de Influência de actividades desenvolvidas pela SASOL para melhoria de condições de vida das comunidades (Desenvolvimento Rural).....	42
4.4. Assistência em projectos ou iniciativa de empreendedorismo (empoderamento económico) para membros da comunidade.....	45
4.5. Ocorrência de conflitos de interesse entre a comunidade e a empresa multinacional nas expectativas sobre o desenvolvimento das comunidades e acesso à oportunidades.....	46
4.6. Grau de contribuição da SASOL para o desenvolvimento de Inhassoro.....	49
4.7. Papel do Governo na relação entre as comunidades a SASOL e demais empresas inseridas no distrito	50
4.8. Notas sobre análise e interpretação de dados com os disntintos grupos.....	52
4.8.1. <i>Situações não favoráveis</i>	52
4.8.2. <i>Situações favoráveis</i>	53
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICES	65
ANEXOS.....	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Programa estratégico no âmbito dos acordos do desenvolvimento local.....	44
Figura 2. Conduto de Gás Doméstico.....	48
Figura 3. Central de abastecimento de Agua Potável.....	48

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

DEI – Depoimento de Entrevista Individual

EMNs – Empresas Multinacionais

ENH – Empresa Nacional de Hidrocarbonetos

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPEME - Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas

KPMG – Klynveld Peat Marwick Goerdeler

MIREM – Ministério dos Recursos Minerais

ONG – Organizações Não Governamentais

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas Médias Empresas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVD's – Países em Vias de Desenvolvimento

RSE – Responsabilidade Social Empresarial

SASOL – South African Coal, Oil and Gas Corporation

UN - Nações Unidas

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNICEF – Fundo Das Nações Unidos para a Infância

RESUMO

A presente pesquisa analisa e descreve os factores que influenciam no desenvolvimento rural por meio de acções de responsabilidade social no distrito de Inhassoro na província de Inhambane. Trata-se de uma análise diacrónica do desenvolvimento rural a luz das actividades de RS versus papel dos actores-chave neste processo. No estudo aplicou-se técnicas qualitativas, foram seleccionadas 30 entrevistas à diferentes segmentos sociais locais, incluindo informantes-chave. Para leitura ou interpretação de dados, recorreu-se à triangulação teórica, com recurso a teoria da Sociedade de Risco do autor, Ulrich Beck bem como a teoria dos *Stakeholders* e Responsabilidade Social, de R. Edward Freeman, metodologia usada que possibilitou uma leitura holística do fenómeno temático sobre RSE. Os resultados permitem concluir que com a instalação da multinacional houve registo de crescimento económico no distrito. Apesar de um crescimento económico e/ou desenvolvimento de programas e acções de cunho social emancipatório e económico comunitário em geração de rendas, registados no distrito, estes empreendimentos ainda estão aquém da satisfação das necessidades básicas das comunidades de Inhassoro. A incidência da pobreza permanece acentuada nas comunidades do distrito afectando a maioria das famílias com uma taxa de desemprego de cerca 22,4%, e um indicador de esperança de vida ao nascer (anos) de uma media de 46 anos. Os resultados da pesquisa mostram que persistem ainda desafios de vária ordem, incluindo o envolvimento das pessoas interessadas em causas de RS e projectos emancipatórios para responder cabalmente às reais prioridades e necessidades das comunidades para possibilitar o seu desenvolvimento e bem-estar.

Palavras-chave: Responsabilidade Social das Empresas; Desenvolvimento Rural; Pessoas Interessadas.

ABSTRACT

The research analyzes and describes the role key actors factors of Corporate Social Responsibility in the context of rural development in the district of Inhassoro, Inhambane province. It is a diachronic analysis of RS. 30 interviews were selected, the results allow us to conclude that, the installation of the multinational contributed for a record economic growth in the district. Theoretical triangulation was used for data interpretation, using the theory of Risk Society as well as the theory of Stakeholders and Social Responsibility of the following authors, Ulrich Beck and R. Edward Freeman, the methodology was used to enabled a holistic analysis of the thematic phenomenon of corporate social responsibility (CRS). Despite economic growth and/or development of programs and social emancipatory activities in generating income, registered in the district, these undertakings are still not sufficiently enough to satisfy the basic needs of the communities of Inhassoro. The incidence of poverty remains evident in the communities of the district, affecting most families with an unemployment rate of around 22.4%, and an indicator of life expectancy at birth (years) of an average of 46 years. The survey results show that challenges persists including the involvement of different Stakeholders in SR causes and emancipatory projects to fully respond to the real priorities and needs of communities to enable their development and well-being.

Keywords; Corporate Social Responsibility; Rural Development, Stakeholders.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

A indústria extractiva vem crescendo de forma significativa nas últimas duas décadas. O ano de 2000 marcou a celebração do contrato de partilha de produção entre Governo de Moçambique, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique, Empresa Pública (ENH) e a Sasol Petroleum Mozambique Limitada (SASOL). Estima-se que exista um total de 150 concessões mineiras mapeadas e 18 projectos na área de hidrocarbonetos (ITIE Moçambique, 2014). O quadro legislativo do sector evoluiu a partir dos anos oitenta, altura em que foi aprovada a Lei dos Petróleos (Lei nº 3/81), posteriormente a Lei de Petróleo (a Lei nº 3/2001), em 2007 a Assembleia da República (AR) aprovou nova legislação fiscal para as áreas mineira e de petróleos.

A principal linha da pesquisa em curso está em torno da temática sobre responsabilidade social das empresas no meio rural. As empresas no contexto das suas actividades e inserção fazem parte da vida social, económica e ambiental das pessoas interessadas¹. Neste sentido, se no passado estavam viradas ou se limitavam apenas nas actividades de geração de lucros (economia) sem priorizar aspectos sociais e ambientais, actualmente sentem a necessidade de incorporar aspectos ligados ao desenvolvimento sustentável (vida social, económica e ambiental) olhando para a presente geração bem como as vindouras.

De acordo com o ultimo Censo de Empresas 2014 – 2015, 92,7% das empresas em Moçambique são pequenas empresas. Dados disponíveis estimam que entre 68% e 95% da força de trabalho moçambicana se encontra na economia informal (ODI; DFID, 2017). O país é propenso à ocorrência de desastres naturais, sendo o 3º país africano mais afetado por desastres relacionados ao clima (AfDB, 2016). Segundo o relatório USAID-ATLAS-Project (2018), sobre clima, risco e perfil de Moçambique cerca de 60% da população moçambicana vive ao longo da costa, ficando, assim, vulnerável aos ciclones e tempestades e sofre com cheias e seca, essa vulnerabilidade às mudanças climáticas é resultante da sua localização e geografia: grandes áreas do país estão expostas a ciclones tropicais, secas (de três em três ou de quatro em quatro anos) e rios/tempestades costeiras provocam cheias, é agravada pelos 2.470 km de costa do país e pela fragilidade socioeconómica.

¹ Stakeholders.

O país é naturalmente dotado de paisagem diversificada e é um país rico em recursos naturais, é igualmente classificado como um dos cinco (5) países com o tipo de gás “mais limpo” do mundo (CASP, 2022)². Apesar das recentes descobertas, o país permanece como um dos países mais pobres do mundo, com alta desigualdade de renda e com baixa expectativa de vida. Em 1996, cerca de 96% da população era pobre, uma cifra que, em 2015, mudou para 65% (Banco Mundial, 2016).

Várias estratégias têm sido levadas a cabo a nível nacional a fim de se atingir metas do desenvolvimento sustentável como é o caso da ENDE (Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015 - 2035). O crescimento económico tem sido liderado primordialmente pelos megaprojetos nos setores de energia e recursos naturais, mas que, no entanto, não tem gerado oportunidades de trabalho suficientes para a população moçambicana: como exemplo de uma indústria com investimento intensivo de capital. Segundo o relatório BTI (2016), que analisa e compara os processos de transformação rumo à democracia e à economia de mercado inclusiva em todo o mundo por meio de estratégias bem-sucedidas para orientar a mudança, bem como a qualidade da gestão política em cerca de 129 países (Bertelsmann Stiftung, 2016). Este, aponta que enquanto por volta de 370.000 pessoas entram no mercado de trabalho anualmente, o setor da indústria extrativa apenas oferecia cerca de 18 000 vagas (Idem). Por outro lado, 30% dos investimentos externos diretos (IEDs) em pequenas e médias empresas (PMEs) geraram um número de postos de trabalho 19 vezes maior do que investimentos em megaprojetos (Idem).

Existem empresas de destaque mundial que desenvolvem ações no âmbito das temáticas da RSE. Dados da RobecoSAM, (2019), sobre o índice de performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global, evidenciam como padrão ideal da prática da RSE, o Banco *Santander* reconhecido como o Banco mais sustentável do mundo depois da publicação do *Dow Jones Sustainability Index*³ (DJSI), 2019. Este índice, de referência de âmbito internacional, coloca o Santander no topo a nível global e líder na Europa, depois de avaliar o comportamento sustentável do Grupo nas dimensões económica, meio-ambiental e social.

² Ocorrido no contexto do fórum de promoção de investimentos em: [LNG, Oil&Gas](#) XVII Conferência Anual do Sector Privado (CASP).

³ Índice, que mede o impacto económico, meio-ambiental e social de 175 bancos de todo o mundo.

RobecoSAM, (2019), explica que o *Santander* é o maior banco da zona do euro e um dos maiores do mundo e tem sua sede mundial na Espanha. Foi fundado em 1857 na província da Cantábria, na Espanha. A instituição actua com foco no banco comercial, que representa a maior parte de suas receitas, e está presente em dez mercados principais, na Europa, e nas Américas. Actualmente, é o principal conglomerado financeiro na América Latina, com posições de destaque (RobecoSAM, 2019).

Durante as duas últimas décadas o Banco *Santander* fez parte do índice DJSI. Apenas 25 instituições financeiras foram incluídas no ranking mundial de 2018 de um total de 175 avaliadas (Idem). O *Santander* é um dos líderes mundiais no financiamento de projetos sustentáveis, depois de ter mobilizado cerca de 50.000 milhões de euros entre 2015 e 2018. Em 2018 o Banco proporcionou educação financeira a mais de 360.000 pessoas em todo o mundo e apoiou mais de 270.000 micro empresários na América Latina (Idem). *Santander* é, além disso, a empresa que mais investe em educação em todo o mundo, segundo a Fundação Varkey, depois de, em 2018, ter destinado 121 milhões de euros a bolsas e convénios universitários (Idem).

A fonte (RobecoSAM, 2019), aponta que, em julho de 2019, o *Santander* anunciou os seus compromissos de banca responsável com dez desafios para contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Os objetivos incluem um novo compromisso para facilitar mais de 120.000 milhões de euros em financiamento verde entre 2019 e 2025 e promover a inclusão financeira de mais de 10 milhões de pessoas no mesmo período, através da expansão das operações de microfinanciamento do Banco, programas de educação financeira e outras ferramentas para proporcionar acesso a serviços financeiros (Idem).

O *Santander* faz parte do grupo principal da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI⁴). Também integra outros índices que analisam e avaliam os esforços das empresas na área da sustentabilidade, como o *FTSE4Good* ou o *Bloomberg Gender-Equality Index* (Idem).

RobecoSAM (2019), esclarece que os princípios e diretrizes constantes na política do Banco visam tanto atender às obrigações de gerenciamento de risco sócio-ambiental e de governança

⁴ UNEP FI é a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, uma parceria da Organização das Nações Unidas com diversas instituições financeiras ao redor do mundo.

estabelecidos na legislação aplicável quanto a compromissos assumidos voluntariamente. Tais compromissos, como os Princípios de Banco Responsável da UNEP-F1, visam impulsionar a promoção do respeito aos direitos humanos, a mitigação das mudanças climáticas, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Os compromissos assumidos pelo Santander são públicos e estão disponíveis no *site* institucional de sustentabilidade.

Embora não haja dúvida quanto ao impacto da influência dos megas projectos para a economia nacional, indagamo-nos sobre o impacto deste crescimento económico na vida social, cultural em bem-estar social no meio rural e que acções podem catapultar o desenvolvimento local. É neste sentido que tendo em conta, todos aspectos acima descritos e os princípios do desenvolvimento sustentável relacionados com práticas de utilização consciente dos recursos naturais com benefício à questões de bem-estar social e desenvolvimento económico sem comprometer a preservação destes para futuras gerações, levantamos a seguinte pergunta de partida: Até que medida, a implantação da multinacional SASOL e as acções de RSE desta, influenciam na melhoria das condições de vida das comunidades em Inhassoro?

A pesquisa tem como objectivos:

Geral: Analisar a implantação da multinacional SASOL e a prática da RSE no distrito de Inhassoro face às condições de vida das comunidades e/ou desenvolvimento rural.

Objectivos Específicos:

- Distinguir os factores que influenciam na definição de estratégias e práticas da RSE no contexto do desenvolvimento local/rural;
- Identificar os mecanismos de implementação, monitoria e avaliação das estratégias de acordos para o desenvolvimento local levadas a cabo pela SASOL e sua relação com a RS;
- Descrever os impactos da RSE da SASOL em Inhassoro para o crescimento económico e desenvolvimento rural.

Em busca de resposta para a pergunta desta pesquisa adiantou-se a seguinte hipótese:

Hipótese – A instalação da empresa multinacional contribui para o desenvolvimento económico do distrito em PIB porém, o referido desenvolvimento não se traduz essencialmente na melhoria do bem-estar social e desenvolvimento rural.

Conforme debruçamo-nos anteriormente sobre o impacto e influência dos megas projectos, com vista a vislumbrar os reais factores que concorrem para acções de responsabilidade social e sua relação com distintas partes/pessoas interessadas (aspectos teóricos ou previstos e o que realmente tem-se feito na prática que incida sobre o bem-estar das comunidades ou melhoria da condição de vida), visto que por um lado, existe um quadro legal que prevê acções ligadas à RS e por outro lado expectativas de garantia de bem-estar (desenvolvimento económico e social), é nesta senda que, a nível científico julgamos que o estudo revela-se, ser de mais-valia visto que, visa suscitar um debate académico em torno das descobertas e exploração de recursos naturais ou hidrocarbonetos e sua relação com o fenómeno de desenvolvimento rural por meio de práticas de responsabilidade social ademais, o estudo serve de certa forma, de referência para futuras pesquisas ou consultas ligadas à RS assim como ao desenvolvimento rural e envolvimento comunitário na gestão dos recursos naturais. A nível social o estudo desperta a consciência e senso sobre o exercício da cidadania e sua importância bem como a sua relação com a gestão e envolvimento das comunidades em actividades/programas desenvolvidos pela multinacional em prol da observância de normas ambientais, melhoria de vida ou desenvolvimento rural (hospitais, escolas, oportunidades de emprego, acesso a bens e recursos).

Limitações da pesquisa

A pesquisa apresenta como limitações a diversidade de factores que concorrem para a complexidade de análise de práticas de responsabilidade social para além da particularidade de cada respondente ou beneficiários de acções de RSE e impossibilidade de prever todas as possíveis situações que seriam necessárias nesta pesquisa, tornam igualmente limitadas as possibilidades de generalizar os resultados.

A dissertação está estruturada da seguinte maneira: a introdução, onde damos a conhecer os pressupostos da pesquisa, a contextualização do fenómeno em análise bem como a finalidade. De seguida temos o capítulo I, revisão da literatura onde se discute o tema através da reflexão e do contributo de autores que teorizaram o problema procuramos igualmente fazer o balanço das várias abordagens do problema e operacionalização dos conceitos usados no trabalho.

Após o quadro teórico segue-se o capítulo II, a metodologia, que é a abordagem metodológica por nós usada para desenvolver a pesquisa, incluindo as técnicas, o grupo-alvo, a descrição da área de pesquisa, a amostra, a confidencialidade e os constrangimentos decorridos durante a pesquisa.

Segue-se o capítulo III onde é feita a análise e discussão dos resultados colhidos no campo de pesquisa, relacioná-los entre si, e estabelecer uma ligação com os objetivos do estudo.

Posteriormente apresentamos as considerações finais, que é o momento de confronto entre aspectos teóricos do problema da pesquisa e aspectos pragmáticos colhidos no campo do nosso estudo. É apresentada seguidamente a bibliografia usada que corresponde ao material bibliográfico usado no trabalho. Finalmente, são apresentados os apêndices, que abarcam o consentimento informado, guião de entrevista, material usado no âmbito da compilação da nossa pesquisa.

CAPÍTULO II - ESTADO DE ARTE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Após a fase introdutória onde fizemos apresentação dos pressupostos e contextualização da nossa pesquisa, segue-se o presente capítulo que tem em vista a discussão das ideias-chave, a partir de diversas correntes e diferentes abordagens teóricas que suportam a nossa pesquisa.

2.1. Gênese e Evolução da Abordagem Sobre a Responsabilidade Social Empresarial

Africa desde a época do comercio triangular e viagens exploratórias, foi marcado por exploração de seus recursos e subdesenvolvimento das comunidades indígenas. É nesta perspectiva que, as exportações africanas são historicamente caracterizadas pelos produtos primários. A realidade do mercado internacional, de facto, demonstra que, significativas proporções de recursos naturais disponíveis nos mercados internacionais provêm deste velho continente. Moçambique é um país rico em diversos recursos naturais com destaque aos hidrocarbonetos, em fase de emersão de sua exploração com recurso a tecnologia moderna e adopção de distintas políticas sobre desenvolvimento local.

Para o CIP (2008, p. 8), a pesquisa de hidrocarbonetos em Moçambique remonta ao ano de 1904, porém, a pobre tecnologia usada na altura conduziu as tentativas ao fracasso. A partir de 1948, algumas companhias de petróleo desenvolveram uma extensa actividade de pesquisa principalmente nas zonas do litoral. Como resultado, o campo de gás de Pande foi descoberto em 1961, seguido das descobertas de gás em Búzi (1962) e Temane (1967). Os acordos assinados em Outubro do ano 2000, entre o Governo, a ENH, a SASOL marcaram o desenvolvimento da indústria de gás natural em Moçambique.

O principal empreendimento da SASOL em Moçambique é o de Pande e Temane (CIP, 2008, p.9). As empresas titulares de licenças de exploração mineira e petrolífera são legalmente obrigadas a contribuir para o desenvolvimento sócio-económico das comunidades afectadas pelos projectos de prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de recursos minerais e petrolíferos.

Assim, as empresas devem desembolsar ao Estado fundos para os programas de formação da força de trabalho moçambicana e projectos sociais (Bihale, 2016, p. 11). A Lei torna ainda, mandatário o envolvimento das comunidades afectadas de forma a se beneficiarem dos projectos, através da Política de Responsabilidade Social Empresarial para a Indústria Extractiva de Recursos Minerais aprovada pela Resolução nº 21/2014, de 16 de Maio.

Segundo Luning (2012), a prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), pode ser situada em certa medida a partir do Século XVIII, quando as empresas construía[m] casas e escolas para os seus empregados, esta perspectiva aproxima-se mais a acções de carácter filantrópica. Alguns estudos citam para a RSE como um produto do século XX, especialmente dos seus últimos 50 anos, continuando actualmente a ser um tema que entusiasma académicos e investigadores.

O período entre 1945 e 1960 é definido como “a raiz do actual movimento de responsabilidade social corporativa” (Spector, 2008, p. 86). É precisamente neste intervalo de tempo definido por Spector (2008) - correspondente aos anos iniciais da Guerra Fria – que surge uma das mais relevantes contribuições teóricas para a evolução do conceito de responsabilidade social. Em 1953, Bowen publica “*Social Responsibilities of the Businessman*”, uma das obras de maior preponderância no panorama histórico e mundial da responsabilidade social. Neste livro, Bowen (1953) engloba, na responsabilidade social corporativa, as obrigações dos executivos de perseguir políticas, tomar decisões, ou seguir linhas de acção sempre direccionadas para os objectivos e valores que a sociedade deseja alcançar.

Vários são os autores que juntamente com Bowen (1953), começam a demonstrar interesse em contribuir para a evolução de conceitos sobre RS contudo, é também nesta fase, já no fim da década de 50, que surgem as primeiras oposições aos verdadeiros benefícios da responsabilidade social corporativa. Levitt (1958), destaca-se como um dos críticos à responsabilidade social corporativa, ao atentar para os possíveis perigos do crescimento e importância dada a esta nova vertente de gestão. O autor afirma que as empresas devem “deixar os governos tratar do bem-estar na sua generalidade e focar-se em aspectos mais materiais” (Levitt, 1958, p. 49).

Apesar das primeiras manifestações contrárias ao desenvolvimento da responsabilidade social corporativa, este conceito viria mesmo a popularizar-se, em grande conta devido aos movimentos sociais que definiam aquele tempo, - particularmente nos Estados Unidos da América - que englobavam tópicos como os direitos civis, os direitos das mulheres, os direitos dos consumidores e ainda diversos movimentos ambientais (Carroll & Shabana, 2010). Esta nova agenda social que se havia imposto - vincada ao longo da década de 60 - obrigou as empresas a adoptarem uma nova postura pautando por uma postura de preços reactivamente justos, direitos do consumidor e demais aspectos inerentes às actividades empresarias.

Nas décadas de 60 e 70, o conceito de responsabilidade social entra numa nova fase em que começa a ser definido mais formalmente, e em que surgem na esfera teórica noções como responsividade, capacidade de resposta e performance, que passaram a estar no topo da pirâmide de investigação (Carroll & Shabana, 2010). Nesta segunda fase de evolução, Davis (1960, p. 70) defendeu que algumas decisões nos negócios, ditas socialmente responsáveis, podem ser justificadas através da argumentação de que há grandes probabilidades de originar ganhos económicos no longo prazo para a empresa, reembolsando assim os seus comportamentos socialmente responsáveis. Mais tarde, Davis (1967, p. 46), reanalisou o conceito e afirmou que a substância da responsabilidade social advém das preocupações com as consequências éticas dos nossos actos, uma vez que estes podem afectar os interesses dos outros. Johnson (1971), por sua vez, é um dos autores que se destaca com a definição de quatro perspectivas distintas sobre a responsabilidade social corporativa, todas elas relacionadas entre si (Carroll, 1999). Estas abordagens incidem sobre questões como a sabedoria convencional de incluir a abordagem de pessoas interessadas, a maximização dos lucros a longo prazo, a "perseguição" de múltiplos objectivos e ainda a possibilidade de organizações unicamente motivadas pelos lucros poderem vir a ter um comportamento social responsável. Num período em que segundo Carroll (1999), grande parte das empresas, cada vez mais, se direccionavam para as comunidades e para as suas respectivas necessidades onde há interesse pela resolução de assuntos ligados a satisfação de necessidades mínimas e acesso aos serviços.

O pai da RSE, segundo Carroll (1999, p. 270), é Howard Bowen, que colocou a questão "Que responsabilidades para com a sociedade espera-se que o homem de negócios assuma?" e para quem, o homem de negócios tinha a responsabilidade social de prosseguir políticas, tomar decisões ou seguir linhas de acção que fossem desejáveis no âmbito dos objectivos e valores da nossa sociedade (Bowen, 1953).

Segundo Davis (1973, p. 312), que definiu RSE por "consideração e resposta das empresas a questões que ultrapassam os seus aspectos económicos, técnicos e legais". Carroll (1979, p. 500), defendeu que "a responsabilidade social de uma empresa envolve as expectativas económicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade tem em determinado período de tempo".

Como conceito, RSE surge nos anos 1920 e desde então tem estado sujeito a um intenso debate, tal como foi abordado anteriormente com alguns autores a olharem-no como um movimento

ideológico para a legitimação do poder das grandes empresas. Entretanto, nos anos 1990 reemergem, com renovado vigor, os discursos sobre a responsabilidade social das firmas. Um crescente número de grandes empresas tem estado a aderir à agenda da RSE como resposta às mais variadas questões que vão desde expectativas morais das sociedades nas quais operam à má publicidade (Hond et al. 2007, Jenkins 2005).

Segundo Magalhães (2011, p. 88), existem várias perspectivas no que diz respeito ao conceito de RSE. O autor apresenta as *teorias instrumentais*, onde segundo este, as empresas serão consideradas como instrumentos de criação de riqueza, e nesse sentido, a RSE deverá ser utilizada única e exclusivamente nesse sentido. Na prática, a preocupação com a RSE leva a empresa a cobrar mais pelos seus produtos e serviços. Já as *teorias políticas* defendem que a empresa enquanto interveniente na sociedade, assume a responsabilidade no campo da política, tendo como meio a RSE. Os defensores desta teoria afirmam que as empresas são verdadeiros centros de poder e de tomadas de decisões e que estas estão na base do relacionamento com os cidadãos (Idem). Por outro lado, as *teorias integrativas*, defendem que o desenvolvimento de uma empresa depende da sociedade, de forma que, a RSE se assume como uma forma da empresa integrar as necessidades sociais nos seus processos. Isto é, as empresas nos seus processos de gestão deverão ter em conta as exigências e as necessidades da sociedade (Idem).

Na União Europeia, o conceito defendido no Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas tem influenciado de forma significativa a forma como as empresas e académicos vêem a responsabilidade social. Assim, para a União Europeia, a RSE é, essencialmente, um conceito segundo o qual: “as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo (p. 4). (...) Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais – implica ir mais além através de um “maior” investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais (Comissão Europeia, 2001, p. 7).

2.2. Abordagens teóricas sobre RSE a luz de discussão teórica a partir de diferentes análises

Neste subcapítulo apresentamos a discussão teórica a partir de diferentes análises e sobre a RSE. Enquanto autores como Ackai-Baidoo (2012), em “Desenvolvimento local e Responsabilidade Social Corporativa Externa: Implicações Para a África Subsaariana Rica Em Petróleo” (tradução nossa), o autor defende que, o Estado deve apoiar as iniciativas de RSE da indústria extractiva pois

as operações em regiões como a África Subsaariana, culturalmente diversa e caracterizada por conflitos generalizados entre grupos indígenas, podem ver-se seriamente limitadas quando não se acautelam questões específicas desses locais. Dado o carácter único desses ambientes, as estratégias de RSE devem ser dinâmicas para que sejam efectivas. Dar dinheiro a governos corruptos para construírem escolas, melhorarem serviços hospitalares, reabilitar estradas e estabelecer fundos educacionais sem estarem acompanhados da devida monitoria, essas iniciativas estarão votadas ao fracasso.

O argumento é consistente com a perspectiva de Alstine e Barkemeyer (2014), na obra “Negócios e Desenvolvimento: Mudando os Paradigmas nas Indústrias Extrativas” (tradução nossa), sustentam que a questão de desenvolvimento tem sido vista como importante desafio estratégico pela indústria extractiva mas só se reflecte parcialmente ao nível do discurso político.

Por seu turno, Ayelazuno (2014), em “A Riqueza do Petróleo e o Bem-estar da Classe Subalterna na África Subsaariana: Uma Análise Crítica da Maldição dos Recursos em Gana” (tradução nossa), faz análise a partir da reflexão sobre a questão dos recursos existentes no Ghana, critica esta ferramenta ortodoxa com recurso à perspectiva da economia política e refere que a ortodoxia neoliberal é por definição “umbilical” na discussão da crise do desenvolvimento na África Subsaariana (Ayelazuno, 2014). O autor aponta que apesar do Ghana possuir instituições acima da média africana (incluindo uma oposição, sociedade civil e os media que escrutinam o uso das rendas do petróleo) permanece o desafio de como gerir inteligentemente as receitas dos recursos de modo a que se traduzam em desenvolvimento económico, aspecto que se vivencia em todos os países africanos, tornando pertinente o papel das políticas e estratégias de desenvolvimento.

Ainda sobre o Ghana, Standing (2014), em “As indústrias Extrativas de Gana e a Distribuição de Benefícios à Comunidade: O Caso Das Transferências De Renda” (tradução nossa), o autor aponta que a indústria extractiva introduz várias formas de tensões sociais e custos ao nível local.

A mineração tende a criar complexos, e às vezes contraditórios, resultados económicos e sociais ao nível local. Ela pode aumentar a média do rendimento *per capita* mas introduz novas formas de desigualdade e insegurança.

A gestão da actividade extractiva no Uganda constitui outro caso a tomar em consideração. Efectivamente, Holterman (2014), na sua obra “A Guerra Biopolítica pela Sobrevivência:

Extrativismo e o Estado Petrolífero de Uganda” (tradução nossa), utilizando a noção foucaultiana de biopolítica, afirma que neste país os recursos vem se tornando centrais na imaginação pública e no discurso do desenvolvimento veiculado pelo Estado. O discurso do “petróleo para o desenvolvimento” constitui uma estratégia de gestão da população com recurso a tecnologias particulares de biopoder, incluindo estimativas estatísticas, projectos de responsabilidade social empresarial e propaganda que difundem a ideia do petróleo como facilitadora de uma vida melhor. O governo ugandês aumentou drasticamente a militarização e segurança, numa consonância com a guerra internacional ao terrorismo, nas zonas de exploração petrolífera, sob a alegação de protecção desses investimentos contra possíveis atentados (Idem).

No que concerne às razões por que a sociedade civil não consegue aceder às comunidades locais, Alstine et al. (2014), acrescentam que o governo ugandês lançou uma directiva que subordina o acesso às áreas de extracção a uma autorização do Ministério da Energia e Desenvolvimento Mineral. Os autores apontam para a pouca interacção existente entre as organizações da sociedade civil, organizações de base comunitária e funcionários públicos locais com as comunidades locais nas questões da indústria extractiva. Estes autores recorrem ao caso do Uganda, para ilustrar como o impacto da actividade extractiva ao nível local não está sob controlo nem do governo nem das organizações da sociedade civil. As empresas engajam-se com as comunidades apenas para garantir acesso à terra e levar a cabo actividade extractiva, o que tem como consequência o fluxo de informação num sentido e ausência de um mecanismo de resolução de conflitos.

Por seu turno autores como Kemp e Owen (2013), em “Relações Com a Comunidade e Mineração: Essencial Para o Negócio, Mas Não ‘Negócio Principal’” (tradução nossa), abordam para as práticas locais como base de análise da indústria global de mineração, essencialmente sob a rubrica de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. Para estes, tais funções, fornecem às empresas mecanismos para envolver e gerenciar seus relacionamentos com os principais grupos de partes interessadas, compartilhar os benefícios do desenvolvimento e proteger os interesses comerciais.

Os autores, analisam as indústrias extractivas por dentro centrando-se nas relações comunitárias e desenvolvimento. O argumento que apresentam é o de que os grandes projectos extractivos ainda precisam de integrar as funções de relações comunitárias e desenvolvimento como questão central do seu negócio. Para os autores, apesar de as relações comunitárias providenciarem um interface

entre a companhia e a comunidade, a organização das minas e o padrão industrial estão estruturados com base num modelo ocidental e não procuram reflectir ou espelhar os contextos culturais locais levando a uma abordagem etnocêntrica no engajamento com a comunidade. Entendem que, a equidade funcional precisa ser estabelecida para que a agenda de desenvolvimento sustentável tenha um futuro genuíno na indústria de mineração (Idem).

Stiglitz (2005), na sua obra “Transformar os recursos naturais em uma bênção em vez de uma maldição”⁵ (tradução nossa), argumenta que a sua extracção diminui a riqueza do país, a menos que os fundos gerados sejam investidos de outra forma. A extracção por si torna o país pobre no sentido em que recursos tais como petróleo, gás ou minérios não são renováveis, ou por outra, uma vez extraídos e vendidos não podem ser repostos. Apenas o reinvestimento em capital (natural ou físico) pode compensar a perda da riqueza na forma desse recurso e tornar o país rico.

A abordagem clássica sobre recursos designada de “Doença Holandesa e Maldição Dos Recursos”⁶ (tradução nossa) em, Biggs (2012), na obra: “O *Boom* de Recursos Naturais de Moçambique: Expectativas, Vulnerabilidades e Políticas Para Uma Gestão Bem-Sucedida”⁷ (tradução nossa), coloca uma questão interessante: que políticas podem ser implementadas para aumentar as perspectivas de gestão satisfatória do presente *boom* dos recursos naturais? A análise concentra-se nas vulnerabilidades através das quais as “doenças” (nome dado a alguns efeitos colaterais negativos de um boom de exportação de recursos naturais, ou algum outro efeito de transferência, como a ajuda externa) podem afectar a economia.

Segundo Bulte et al. (2005, p. 103), em “Intensidade de Recursos, Instituições e Desenvolvimento”⁸ (tradução nossa), a hipótese clássica da designada “Doença Holandesa” postula que “o *boom* das matérias-primas vai afastar os recursos dos países das actividades mais conducentes ao crescimento a longo prazo. Esse *boom* causa a apreciação da taxa de câmbio do país, o que por sua vez induz a contracção das exportações manufactureiras, ou retira o capital e o trabalho do sector manufactureiro, e como resultando aumento os seus custos”.

⁵ Making natural resources into a blessing rather than a curse.

⁶ Dutch disease e resource curse.

⁷ Mozambique’s Coming Natural Resources Boom. Expectations, Vulnerabilities, and Policies for successful Management.

⁸ Resource Intensity, Institutions and Development.

Dentre alguns autores que contestam as hipóteses da Doença holandesa, volatilidade econômica, busca de renda e instituições fracas, todos os quais são apontados como tendo um impacto negativo no crescimento, o trabalho de Pineda e Rodrigues (2010), em “Maldição ou Bênção? Recursos Naturais e Desenvolvimento Humano”⁹ (tradução nossa), vai contra estas teorias e argumentos, não só no que concerne às questões ligadas ao crescimento do PIB, incluindo as outras dimensões de desenvolvimento humano. Os autores entendem que, os principais desafios envolvem separar o efeito dos recursos naturais daqueles de outros factores que podem estar correlacionados com a abundância de recursos, mas afectam independentemente o crescimento, distinguindo entre o papel directo que os recursos naturais podem desempenhar em afectar o progresso e a maneira pela qual eles podem interagir com outros determinantes e identificação de fontes exógenas de variação na abundância de recursos.

Curiosamente, Saad-Filho e Weeks (2013), em “Maldições, Doenças e Outras Confusões de Recursos”¹⁰ (tradução nossa), rejeitam igualmente a ideia sobre a existência de maldições e doenças, apontando que os problemas são resultantes de decisões de política do que manifestação de fraquezas estruturais profundas. Atribuindo grande dose de responsabilidade às políticas neoliberais por tais desideratos, os autores apontam que a análise feita sobre os países ricos em recursos naturais devia focar-se em mediações específicas entre instituições, classes e desempenho económico. Nesta mesma perspectiva, Orihuela (2013), em “Como os ‘Estados Minerais’ Aprendem? Dependência de Caminho, Redes e Mudança de Política no Desenvolvimento de Instituições Econômicas”¹¹ (tradução nossa), refere que décadas de estudos quantitativos mostram como a existência da “maldição de recursos” é um facto questionável. Além do exposto, existe um vazio no corpo de conhecimento disponível exprimido pelo facto de continuar a haver uma necessidade de explicar por que os “formuladores de políticas” não são capazes de resolver o problema relacionado com este fenómeno.

O relatório de IPEME (2016, p. 177), aborda a temática sobre desenvolvimento tendo como base a indústria extrativa olhando para a disparidade entre o crescimento económico e melhoria das condições de vida. O relatório defende que, o forte crescimento económico não se tem traduzido

⁹ Curse or Blessing? Natural Resources and Human Development.

¹⁰ Curses, Diseases and Other Resource Confusions.

¹¹ How do “Mineral-States” Learn? Path-Dependence, Networks, and Policy Change in the Development of Economic Institutions

em desenvolvimento e transformação económica. Uma das razões principais por detrás deste paradoxo, crescimento sem desenvolvimento, é a desconexão entre os projectos e a realidade da economia moçambicana.

Para este, o *boom* da indústria extractiva em Moçambique representa uma oportunidade singular para impulsionar o país a um novo patamar de desenvolvimento económico e social. No entanto, o grande desalinhamento entre o nível de desenvolvimento da indústria extractiva e o nível de desenvolvimento do país faz com que seja necessário uma política e abordagem estruturada, estratégica e baseada numa análise objectiva. O tema de conteúdo local tende a suscitar uma retórica bastante politizada (*Idem*, p. 188).

O país tem nas suas PME's uma ferramenta-chave através da qual poderá converter as políticas em acção e ligar estes dois mundos, o da indústria extractiva e o da economia moçambicana, de forma a gerar benefícios sustentáveis e duradouros para o país e o seu povo (*Idem*).

Adicionalmente, autores como Castelo Branco et. al., (2010), ao abordarem questões ligadas à indústria extractiva e economia estabelecem uma ligação entre o sector privado nacional e os megaprojectos de investimento directo defendem que, as várias limitações existentes mostram que é pouco provável que o estabelecimento de ligações produtivas com megaprojectos resolva o problema de acesso ao mercado de todo o sector empresarial nacional. Demonstrando a necessidade de reduzir as expectativas de ligações quando estes megaprojectos constituem um grupo bastante reduzido comparativamente ao universo de PME existentes a nível nacional.

A outra limitação ao alargamento das ligações resulta da interacção do tipo de megaprojectos presentes em Moçambique e a natureza da base produtiva: (i) o facto de estes megaprojectos serem essencialmente exportadores de produtos primários limita as oportunidades de ligações apenas ao fornecimento de bens e serviços – ligações a montante (Castel-Branco, 2010); (ii) em geral, os megaprojectos em Moçambique são intensivos em capital, enquanto a base produtiva nacional é fraca e pouco desenvolvida tecnologicamente. Por isso, as ligações entre empresas nacionais e megaprojectos dão-se ao nível da prestação de serviços básicos e/ou complementares, tais como: produtos e serviços metalúrgicos, transporte e serviços de mecânica-auto, construção, produtos e serviços eléctricos, lavandaria, catering, segurança e outros serviços (Castel-Branco, 2004; Castel-Branco e Goldin, 2003; Krause e Kaufmann, 2011; Pretorius, 2005).

Para Chang (2012), analisando a política industrial no contexto africano, chama atenção para a tendência de culpar as elites nacionais pelos problemas africanos. Este apresenta três níveis de argumentação para explicar o papel-chave da liderança no processo do desenvolvimento económico. Primeiro, aponta para a importância da liderança na determinação da natureza das políticas. Segundo, mesmo quando a liderança esteja interessada em promover o desenvolvimento económico através de políticas claras, ela precisa de impor a sua visão ao resto do aparato estatal. Terceiro, mesmo que a liderança tenha a visão correcta e mesmo que exista consistência interna dentro do Estado, ela deverá ser capaz de impor a sua vontade perante outros actores da sociedade.

Roa e Barros (2013), sugerem que os mecanismos de articulação entre os actores sociais envolvidos com o desenvolvimento local precisam de ancorarem-se em práticas participativas. De igual modo, Rosas e Cândido (2008), sugerem a necessidade de criação de mecanismos que possibilitem a participação mais directa da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas dentro do princípio de que existe uma relação directa entre o desenvolvimento local e a participação da sociedade civil. Nipassa (2016, p. 27), advoga ser oportuno inculcar a “ética de responsabilidade alicerçada no respeito mútuo” aos actores sociais comprometidos com o desenvolvimento local, de modo que possam elaborar políticas que vão de encontro com as necessidades. Seguimos a perspectiva de análise do autor Nipassa, ao abordar a “ética de responsabilidade alicerçada no respeito mútuo”.

Os diferentes actores ao falarem da RS não exploram significativamente acções de RSE como mecanismo para melhoria das condições das comunidades, existe precaridade da literatura sobre RSE em questões teórico-pragmáticas sobretudo no contexto Moçambicano. No país prevalece a precaridade ou falta de estrutura de implementação de práticas de RS, é neste sentido que urge a necessidade de se abordar a RSE e sua relação com a melhoria das condições de vida das comunidades e participação efectiva das comunidades como actores sociais no processo de desenvolvimento, acções alternativas para garantia da mais-valia (boas relações empresa versus comunidades), daí é necessária a integração e visibilidade da realidade das comunidades por meio de estudos que busquem explorar esta temática numa abordagem centrada à participação das comunidades rurais enquanto actores activos e efectivos. Tal como foi visto nas perspectivas teóricas, países africanos têm estado a observar taxas de crescimento significativas a nível económico (PIB) porém, esse aumento não se traduz em benefícios sociais para as comunidades facto que carece de mudança de paradigma e postura para garantias do desenvolvimento.

2.3. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Após a apresentação dos pressupostos e enquadramento sucinto da presente pesquisa, o presente sub-capítulo discute as ideias-chave, a partir de diferentes abordagens ou perspectivas teóricas que suportam a pesquisa. Neste âmbito, o capítulo está subdividido em dois subcapítulos, sendo o primeiro do quadro teórico e o segundo, do cunho conceptual.

2.3.1. Quadro Teórico

Nesta secção abordamos as ferramentas teóricas por meio da triangulação teórica da Teoria da Sociedade de Risco e da Teoria dos *Stakeholders e Responsabilidade Social*.

2.3.1.1. Teoria da Sociedade de Risco

Os principais autores dessa tendência - Ulrich Beck e Anthony Giddens - buscaram uma nova perspectiva para iluminar questões relativas a conflitos sociais, crise da ciência (no conflito entre conhecimento perito e leigo em um mundo de incertezas), novos pressupostos na forma de fazer política, e de atuação de agentes da esfera política derivados desse contexto (Guivant, 1998, p. 3).

A teoria sustenta que a produção e distribuição social de riquezas (trabalho, bens, bem-estar social) se veem hoje acompanhadas da produção e distribuição social de riscos (poluição, crises econômicas, terrorismo, etc.) (BECK, 2001, p. 35-90; 2008, p. 47-75). “Perigos são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas e minimizados no plano político” (BECK, 2010, p. 230). Na tentativa de prevenir, mitigar ou remediar os riscos e destruições produzidos por sua própria modernização, a sociedade passa a ter de lidar com efeitos não-previstos que ela mesma produziu (Beck, 1997), daí falar-se em modernização reflexiva, risco e reflexividade constituem, portanto, os conceitos centrais: o primeiro permite o acesso à realidade, o segundo explica a lógica de dinamização dessa realidade. O eixo teórico fica assim definido: modernização-risco-reflexividade.

Beck (2006), advoga por uma ruptura epistemológica de Karl Popper, assente na sua teoria dos três mundos (o primeiro, o mundo dos objetos físicos, dos fatos e dos fenômenos; seguido do mundo dos estados de consciência, dos estados mentais; e o terceiro mundo é o mundo dos conteúdos objetivos do pensamento, mundo este normativo ou prescritivo), análise sobre o método científico não indutivo (que vai do geral para o particular) e racional (Garcia, 2012).

2.3.1.1.1. *Pressupostos*

A teoria da modernização reflexiva desenvolvida por Ulrich Beck (1986, 1997, 2007) e colaboradores (Beck, Bonß e Lau, 2003; Beck e Lau, 2005), tem como tese central a configuração de uma sociedade de risco como reação às consequências negativas do processo de industrialização e modernização. A teoria da sociedade mundial de risco parte de um diagnóstico geral: *Perigos são fabricados de forma industrial, exteriorizados economicamente, individualizados no plano jurídico, legitimados no plano das ciências exatas e minimizados no plano político* (Beck, 2010, p. 230). O autor, diferencia os riscos contemporâneos dos de outras épocas não é tanto o seu potencial de destruição, mas, primeiro, seu aspecto institucionalmente *fabricado* (pela ciência, pelo mercado, pelo governo etc.) (BECK, 2002a, p. 48-53); segundo, sua *invisibilidade* (BECK, 2001, p. 80-84); e por último, a ausência de fronteira espacial e temporal (Idem, p. 65-80). O risco, portanto, não existe por si só, sua objetividade deriva da percepção e da encenação social da qual é objecto (BECK, 2008, p. 47-76). Através de sua encenação, o risco define situações sociais de ameaça e na medida em que caracteriza relações institucionais (Estado, mercado, ciência etc.), são também estabelecidas relações de definição constituídas como relações de dominação, que gravitam em torno de questões de poder, de interesses, benefícios e prejuízos (Idem, p. 53-60). A lógica do risco se sobrepõe à da distribuição social de recursos e oportunidades, o risco seria a categoria fundamental de organização da sociedade.

A indústria dispõe, em relação ao Estado, de uma dupla vantagem: a autonomia da decisão de investimento e o monopólio do emprego da tecnologia. Estão nas mãos da subpolítica econômica as linhas decisivas do processo de modernização [...] (Beck, 2011, p. 312-313).

Neste sentido, o Estado não só deixa de controlar a ciência e o progresso econômico, mas como não deve controlá-los. A atuação fiscalizadora é tarefa atribuída à própria sociedade. A ação empresarial deve ser submetida à pressão legitimadora, cuja dimensão política e moral são assumidamente estranhas ao agir econômico. Assim, a teoria explica a actuação das multinacionais e praticas relacionadas a RSE.

2.3.1.1.2. *Aplicabilidade da Teoria ao Tema*

A Teoria da Sociedade de Risco menciona como pressuposto a industrialização como factor para o fenómeno de sociedade de risco. A teoria visa ainda conectar um fenómeno concreto que segundo o autor, o risco – agora não mais apenas o ambiental, mas também o económico, o biográfico e o terrorista (BECK, 2008, p. 32-34) – promove o surgimento de “comunidades cosmopolitas de risco”, as quais materializam uma interdependência crescente no interior da sociedade mundial (Id, 2011). Abordada a teoria entendemos que a mesma, faz uma leitura explicativa do fenómeno pelo facto de relacionar de forma holística questões económicas, sociais e ambientais das multinacionais decorrentes dos problemas do modo de produção industrial como é o caso concreto das multinacionais. De salientar que o motivo da escolha desta, está relacionado ao facto de ir ao encontro ao primeiro e último objectivos específicos da pesquisa.

2.3.1.2. *Teoria dos Stakeholders e Responsabilidade Social*

A Teoria dos *Stakeholders*¹² e Responsabilidade Social, de acordo com Silva e Garcia (2011, p. 3), surgiu nos anos 1960, derivado ao uso do termo stakeholders num memorando do Instituto de Pesquisa de Stanford (SRI), o qual discutia a actuação do gestor de empresa como sendo de múltiplos objectivos, e que deveria atender às necessidades dos diferentes grupos de interesses (accionistas, empregados, clientes, fornecedores, financiadores e sociedade). Segundo Machado Filho (2002, p. 91), o primeiro autor a discutir abertamente sobre a teoria foi Freeman (1994), quando no seu artigo discutia a alocação de recursos organizacionais e o impacto nos vários grupos de interesse dentro e fora da organização.

2.3.1.2.1. *Pressupostos*

A teoria, segundo Silva e Garcia (2011, p. 6), Machado Filho (2002, p. 92), assenta na ideia da empresa como um sistema aberto que se relaciona com grupos internos e externos, havendo portanto a necessidade de elaboração de estratégias colectivas que garantam resposta para os diferentes interesses a ela ligados. Assim, a teoria propõe uma divisão dos grupos de interesses em: Accionistas; Fornecedores/Sub-contratadas; Gestores; Funcionários; Comunidade local; Clientes; Governo; Organizações Não-Governamentais; Concorrentes; Financiadores; Mídia; e finalmente, sindicatos.

¹² Diz respeito a todos actores (pessoas, grupos de interesses, entidades ou instituições) que tenham grau de influencia, relações ou interesses directos e/ou indirectos, podendo pressionar proprietários, accionistas e gestores, influenciando de certa forma no rumo das empresas.

Para os autores, a satisfação das demandas ou expectativas dos diferentes grupos de interesses é considerada como o pilar para a manutenção do equilíbrio da relação entre os mesmos, o que vai proporcionar a vitalidade e desenvolvimento da empresa Silva e Garcia (2011, p. 6), Machado Filho (2002, p. 92).

2.3.1.2.2. *Aplicabilidade da Teoria ao tema*

A teoria dos *Stakeholders* serve de complemento ao paradigma teórico da Sociedade de Risco. Ela serve de elo entre as comunidades, as empresas, governo e demais entidades enquanto actores envolvidos nas dinâmicas do desenvolvimento rural. Partimos da premissa segundo a qual a influência de práticas de RSE faz-se necessária para o alcance dos objectivos das empresas e satisfação das expectativas e bem-estar das comunidades.

2.3.2. Enquadramento Conceptual

No que diz respeito ao enquadramento conceptual, neste subcapítulo procuramos trazer a discussão de alguns conceitos que permitem elucidar com maior facilidade o tema em análise. Para tal, depois da discussão, apresentamos os conceitos que melhor se enquadram. Assim, para a presente pesquisa, serão considerados os seguintes conceitos: *Stakeholders*, Participação, Desenvolvimento Económico, Empresa Multinacional, e Responsabilidade Social Empresarial.

2.3.2.1. *Stakeholders*

Freeman (1984), sugere um conceito de stakeholders, como indivíduo ou organização que é afetado pelas acções de uma empresa. De acordo com autor, sem o apoio desses grupos, a organização deixaria de existir estabelece que existem vários outros integrantes da sociedade que precisam ser considerados dentro do processo de tomada de decisão de uma empresa. São chamados de stakeholders todos aqueles que têm interesse na gestão de empresas ou projetos. (Freeman, 1984, p. 46). Além do mais, a teoria dos stakeholders reconhece que as empresas têm obrigações não apenas com os acionistas (Carroll, 1999; Freeman, 1984; Lyra et al., 2009), Para que uma empresa tenha sucesso, ela precisa incorporar ou entregar algum valor económico para os interessados nela, como clientes, colaboradores, comunidades, fornecedores e investidores. (Dunham, Freeman e Liedtka, 2006, p. 25). Para o presente estudo ao falarmos de partes interessadas, referimo-nos à SASOL como instituição detentora de mecanismos próprios que em certa medida pode alavancar as condições de vida das comunidades em parceira com o Governo

Distrital de Inhassoro, referimo-nos igualmente ao Governo, líderes comunitários, comunidades e actores comunitários bem como demais empresas que desenvolvem actividades no distrito de Inhassoro.

2.3.2.2. *Participação*

Bordenave ao abordar o conceito entende que, a participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma determinada sociedade (Bordenave, 1983, p. 24). Para o autor apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. (Id, 1994, p. 46). A participação pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão. A qualidade de participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a reflectir; a superar condições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes, a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos de causas, etc (*Idem*). Para o estudo participação significa engajamento ou garantias de observação, acompanhamento e monitoria das actividades de RS, que possam ditar melhorias ou satisfação dos anseios e necessidades básicos num processo contínuo de interação, comunicação efectiva e retroalimentação (*feedback*), entre a multinacional, o Governo e comunidades.

2.3.2.3. *Desenvolvimento Económico*

O conceito de desenvolvimento económico que abordamos nesta pesquisa relaciona-se com às demais esferas ou áreas de desenvolvimento ou crescimento procurando olhar e relacionar o conceito com a melhoria de qualidade de vida e bem-estar social.

Vasconcellos e Garcia, (1998), ao falar do desenvolvimento económico olham para o crescimento económico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes sectores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar económico e social: pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e habitação (Vasconcellos e Garcia, 1998, p. 205). Depende das características de cada país ou região, isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem. Por seu turno, Diniz (2006, p. 33), define o desenvolvimento económico como um processo social e político através do qual uma sociedade tenta atingir uma série de objectivos

como: melhorar o nível de vida de todos os membros da sociedade através de: fornecimento generalizado de meios de subsistência tais como, alimentação, habitação, protecção social e cuidados de saúde, a redução da desigualdade na distribuição do rendimento, do alargamento das oportunidades de emprego e melhoria na qualidade e oferta de serviços da educação e outros serviços sociais e culturais. como: melhorar o nível de vida de todos os membros da sociedade através de: fornecimento generalizado de meios de subsistência tais como, alimentação, habitação, protecção social e cuidados de saúde, a redução da desigualdade na distribuição do rendimento, do alargamento das oportunidades de emprego e melhoria na qualidade e oferta de serviços da educação e outros serviços sociais e culturais. Para a pesquisa desenvolvimento económico seria, o distrito com condições e infraestruturas criadas e com mecanismos próprios de sustentabilidade económica por meio de iniciativas de geração de renda e meios de subsistência, garantindo o acesso ao mercado de negócios e facilitação de acesso a bens e serviços mínimos.

2.2.3.4. Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento tem sido definido, renovado e ajustado ao longo dos anos. Um dos marcos importantes é o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 1990, que associou-o ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e relativizou o Produto Nacional Bruto (PNB) por habitante enquanto medida universal do desenvolvimento e com forte significado simbólico (Milani, 2005).

Milani (2005), adverte que conceber o desenvolvimento local a partir desse prisma comporta riscos evidentes. O primeiro é o risco do “localismo”, que aprisiona actores, processos e dinâmicas de modo exclusivo ao seu local, a sua geografia mais próxima, sem fazer as necessárias conexões com outras escalas de poder. O segundo risco é pensar ser possível o desenvolvimento local autónomo e independente de estratégias de desenvolvimento nacional e internacional. O terceiro risco é a atomização do desenvolvimento local, com o corolário de fragmentação de iniciativas não necessariamente coerentes entre si.

O desenvolvimento local não está relacionado unicamente com crescimento económico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. O aspecto económico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno que gera riqueza, tende a contribuir para a melhoria das oportunidades

sociais. O desenvolvimento local pressupõe uma transformação consciente da realidade local (Milani, 2005). Isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o factor ambiental assume fundamental importância.

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local tem a ver com a articulação entre diversos actores e esferas de poder: a sociedade civil, as organizações não-governamentais, as instituições privadas e o governo. Em suma, o “desenvolvimento local é construído social e territorialmente e é delimitado pela permanência de um campo estável de interações entre actores sociais, económicos e políticos” (Milani, 2005, p. 10).

Ao abordarmos sobre desenvolvimento local, referimo-nos à consciência sobre a conjuntura entre participação, desenvolvimento económico, versus desenvolvimento humano (capital humano), no domínio de cooperação entre as partes interessadas (SASOL, Governo, empresas inseridas no distrito e comunidades), onde todos os actores trabalham de forma unanime e conjunta para identificar e resolver problemas locais bem como decidir-se sobre suas prioridades, necessidades, desejos e sonhos.

2.2.3.5. *Empresa Multinacional (EMN)*

Para a pesquisa, abordamos a EMN enquanto companhia credora ou actor social de investimentos macroeconómicos num determinado país por meio de tecnologia, créditos financeiros, capital humano e *know-how* (conhecimento), que é a SASOL, uma instituição transnacional (estrangeira), que desenvolve suas actividades industriais no território moçambicano nomeadamente, a exploração de hidrocarbonetos de alto-valor económico, social e ambiental.

A Empresa Multinacional (EMN), é uma firma que realiza operações de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), e tem a propriedade ou, de alguma maneira, controla actividades de valor adicionado em mais de um país (Dunning e Lundan, 2008, p.3). A UNCTAD (1980, p.3) define a EMN como uma firma que está envolvida em IDE e tem propriedade ou de alguma maneira controla actividades de valor adicionado em mais de um país.

Para Namburete (2002, p. 166), as EMNs são companhias donas ou que controlam de forma significativa, actividades em, pelo menos, dois países. Salienta-se que estas são consequência directa do IDE, tendo controlo significativo de actividades económicas que são executadas em dois

ou mais países. Segundo Gilpin (2001, p. 278), referem-se simplesmente a empresas de uma determinada nacionalidade, com filiais ou subsidiárias integrais dentro de pelo menos uma outra economia nacional.

2.2.3.6. Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Para a pesquisa, a RSE, diz respeito à ética por parte da SASOL enquanto empresa inserida no contexto geográfico onde existem diferentes grupos sociais com necessidades próprios e ética na compensação para os colaboradores, comunidades e Governo nas suas acções concretas por meio de envolvimento, engajamento das partes interessadas por meio de planos, estratégias, programas inclusivos e de geração de renda e oportunidade de negócios e empreendedorismo, gestão de iniciativa de biodiversidade e apoio à emergências e sustentabilidade, bem como a valorização das necessidades e priorização dos distintos grupos interno e externo nos bens e serviços produzidos ou desenvolvidos pela SASOL.

Segundo Barbieri e Cajazeira (2009, p. 70-71), a empresa sustentável é a que “procura incorporar os conceitos e objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável em suas políticas e práticas de modo consistente”. A definição dos autores se baseia na confluência do movimento da responsabilidade social com o desenvolvimento sustentável.

Para Bezerra (2007), a RSE compreende o relacionamento ético e transparente da empresa com os diferentes grupos relevantes por meio de estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (Bezerra, 2007, p. 17).

Melo Neto e Brennand (2004), abordam a Responsabilidade Social em quatro tipos de responsabilidade: económica, legal, filantrópica e ética.

- A responsabilidade económica da empresa, consiste em produzir bens e serviços que a sociedade necessita a preços que possam garantir as actividades da empresa e satisfazer as suas obrigações com os investidores (Melo Neto e Brennand, 2004).
- A responsabilidade legal da organização, diz respeito às leis que elas precisam cumprir.

- A responsabilidade filantrópica, diz respeito aos comportamentos e actividades desejados pela sociedade e que são ditados pelos valores da empresa (Idem).
- A responsabilidade ética, refere-se às actividades e comportamentos que a sociedade espera das empresas e que não estão codificados em leis e regulamentos (Idem).

A RSE não apenas diz respeito às normas ou instrumentos jurídicos (leis ou regulamentos), como também diz respeito a postura empresarial diante da sociedade através de acções que beneficiam os colaboradores, comunidade e sociedade bem como acessibilidade na prestação de serviços da empresa sendo que, a sociedade por si só possui determinadas expectativas fora das formalidades ou quadro jurídico em relação às empresas. Os conceitos expostos e descritos serviram de base para garantir uma leitura clara e concisa sobre aspectos temáticos da nossa pesquisa tendo em conta a especificidade nas interpretações individuais das questões de pesquisas e os objectivos bem como ilações obtidas com os participantes e através da leitura no espaço interactivo. Foi oportuno perceber que conceitos foram de mais valia porque permitiram-nos ter visão holística e crítica do grupo-alvo.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa Quanto ao Método de Abordagem e Procedimento

Este estudo segue uma abordagem qualitativa, procura compreender os sujeitos da pesquisa (multinacional, representantes do Governo e comunidade) com base nos seus pontos de vista, expectativas e vivências quanto ao fenómeno: responsabilidade social empresarial e sua relação com a melhoria do bem-estar social ou comunitário.

Classificamos a pesquisa quanto ao procedimento como estudo de caso, sendo que, para a realização deste trabalho recorreremos à utilização do estudo de caso simples, visto que abordamos um único caso cuja unidade de análise é RSE da Multinacional SASOL, analisamos com alguma profundidade, de forma a contextualizar a abordagem teórica com um exemplo prático. Onde foram feitas observações e tomamos em consideração as distintas formas de abordagem da individualizada à colectiva, observação de fenómenos e sua relação (investimentos, infraestruturas e instalação das empresas bem como desenvolvimento de projectos de geração de rendas e divisas).

3.2. Natureza e Objectivos da Pesquisa

A pesquisa é de natureza básica com objectivo exploratório, porque foi realizada numa área na qual existe exiguidade de pesquisas sobre a temática da RSE e limitado conhecimento da relação entre comunidades e empresas inseridas neste meio geográfico, sua relação com o desenvolvimento rural por meio de intervenções de pessoas interessadas¹³. Assim, esta pesquisa é de carácter exploratório, visto que o seu principal objectivo foi de fornecer conhecimentos sobre a prática de RSE no sector minero-energético, que é um tema actual e pouco desenvolvido e/ou com limitado destaque em países em vias de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, o que constituiu até certo ponto um desafio e ao mesmo tempo, uma oportunidade e um incentivo para que prosseguíssemos com a pesquisa.

O nosso estudo é exploratório com característica descritiva visto que, durante a pesquisa correlacionamos factos e fenómenos como acções e política empresarial sobre RS relacionados às características próprias do distrito ligados ao perfil ou potencialidades do distrito, recursos humanos qualificados (*capital humano*), taxa de empregabilidade, trabalhadores da comunidade

¹³ Stakeholders

que tem algum membro a trabalhar para SASOL ou empresas por esta subcontractadas, iniciativas de empreendedorismo que influenciam positivamente nas acções comunitárias junto à multinacional e grau de percepção e envolvimento comunitário em temáticas ligadas ao desenvolvimento económico e participação em acções que dizem respeito as estratégias e planos para o benefício das comunidades, aspectos gerais analisados. Foi igualmente oportuno perceber a modalidade de funcionamento dos serviços públicos existentes na comunidade que se relacionam com o desenvolvimento (educação, pesca, agricultura e turismo). Deste modo, esta pesquisa é essencialmente de carácter exploratório com aspecto descritivo, porque apresenta a percepção da prática de RSE no meio rural olhando concretamente para a SASOL bem como a descrição dos seus projectos e acções sociais praticadas com repercussões a nível da comunidade local e circunvizinha onde está inserida.

3.3. Técnicas de Recolha de Dados

Tomando em consideração a natureza de dados, nesta pesquisa privilegamos essencialmente o uso de dados primários informações genuínas e originais obtidas através de entrevistas a partir dos colaboradores da multinacional, comunidade e autoridades do Governo.

No que tange às técnicas de colecta de informações, recorreremos as seguintes: observação directa e entrevista semi-estruturada com questões ou perguntas abertas. A técnica de observação directa constituiu-se como básica para início da nossa pesquisa de campo. Foi através desta que pudemos observar e captar elementos ligados ao fenómeno do estudo. Neste procedimento participámos enquanto espectadores.

Quanto à última técnica, na entrevista semi-estruturada, visávamos levantar ilações sobre as experiências ou vivências e sensibilidades, em relação ao tema, obedecemos a um guião de perguntas ou questões e admitimos a possibilidade da colocação de perguntas adicionais, com o fim de melhor explorar e esclarecer questões para uma melhor compreensão e certificação do envolvimento dos sujeitos da pesquisa.

3.4. Análise de Dados

Para a análise de dados privilegiamos a triangulação metodológica que consistiu o cruzamento dos dados das entrevistas e do campo, resultado das observações do meio (Distrito). Para o processamento de dados foram usados os Softwares, Microsoft Word e Excel para transcrição e análise narrativa do conteúdo e o software Dovetail e para a consolidar insights, relacionar e analisar os conteúdos e atribuir significados aos dados.

Inicialmente organizamos o material de registo que foi usado para a colecta de informações desde bloco de notas, gravador, formulários, fichas e roteiro das entrevistas bem como canetas, seguidamente apresentamo-nos, após o processo de apresentação que consistiu na abordagem explicativa e descritiva sobre a pesquisa, houve solicitação de autorização de realização das entrevistas (anotações, registo e gravação das conversas), mediante assinatura do consentimento informado. Usamos a técnica de análise de conteúdo das entrevistas que consistiu, na atribuição de significado do conteúdo ou informações, estas foram devidamente discriminadas e segregadas por grupos de categorias entre estes, as comunidades circunvizinhas de multinacional, colaboradores da SASOL e Governo Distrital (Serviços distritais, membros de corpo administrativo e directivo), no segundo momento, as informações foram transcritas e/ou digitalizadas e inseridas na base de dados. Posteriormente os dados foram devidamente codificados como forma de garantir descrição do cenário e dos sujeitos das entrevistas, o conteúdo foi categorizado por tema, ordem e feita análise descritiva por grupos e subgrupos que culminou com as descobertas do significado das respostas ou dados e atribuição de sentido logico (confrontação e comparação das respostas, por similaridade e disparidade de conteúdo) e enquadramento na discussão sob o fenómeno estudado.

3.5. Universo ou População

Tomando como base as perspectivas dos autores Marconi e Lakatos (2006), que definem universo ou população, como o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, (Marconi e Lakatos, 2006, p.41). Assim, o universo da presente pesquisa, contempla cerca de 28,591 individuos em idade activa, dos quais 18,174 encontram-se em situação de desempregados inscritos (INE, 2019).

3.6. Amostragem

Para determinar a amostra desta pesquisa recorreremos a amostragem não probabilística intencional, na qual, buscamos captar determinadas vivências, opiniões, experiências e acções, intenções, que julgamos que poderiam espelhar ou representar elementos gerais da população (Multinacional, Governo e Comunidade). A escolha deveu-se ao facto de termos criado um padrão/modelo do grupo alvo e específico dos possíveis indivíduos que foram objecto de entrevistas e observações.

Foi possível seleccionarmos um subgrupo da população que, com base nas informações disponibilizadas, foi considerado representativo de toda a população. O tamanho da nossa amostra contemplou 30 (trinta) indivíduos dos quais 6 (seis) colaboradores da SASOL, 3 (três) líderes comunitários, 3 (três) representantes das autoridades administrativas do Governo do Distrito e 18 (dezoito) membros da comunidade. No que diz respeito aos critérios de selecção privilegiámos a amostra por conveniência. A amostra final da nossa pesquisa foi determinada pela teoria da Saturação, que segundo Glaser e Strauss (1967), é o momento no trabalho de campo em que a colecta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objecto estudado não decorrente do próprio processo de pesquisa mas pela amostra saturada das categorias formuladas ou seja, quando o pesquisador no processo contínuo de colecta e análise das informações fornecidas não encontra dados adicionais ou novos e percebe que os dados são semelhantes ou repetidos pelos entrevistados.

3.7. Questões Éticas da Pesquisa

A participação dos indivíduos foi feita a partir do seu consentimento e explicação detalhada do roteiro e instrumentos de recolha de dados usados bem como finalidade da informação e sublinhamos a nossa abertura para quaisquer esclarecimentos sempre que fosse necessário.

Numa primeira fase optou-se pelo consentimento informado, onde houve explicação sobre os objectivos da pesquisa. Como forma de tomarmos em consideração a nossa sensibilidade como investigadores, respeitamos os nossos entrevistados, sendo que sempre que estes sentiam alguma necessidade de realizar alguma actividade, interrompíamos a conversa ou ajustávamo-nos ao ambiente caso fosse favorável para a realização da actividade para as partes, na realidade, tivemos que adequar o estudo à realidade dos nossos entrevistados e das condições da área da pesquisa. Tomamos também em consideração a reciprocidade, ou seja, colocamo-nos no mesmo plano com

os nossos entrevistados e a dado momento participávamos nas actividades que decorriam aquando da realização das entrevistas e conversas. Assim sendo, acreditamos que pudemos perceber melhor o mundo dos nossos entrevistados e fomos felizes quanto a aceitabilidade dos mesmos.

3.7.1. Confiabilidade e Privacidade

Para a realização da pesquisa, privilegiou-se o respeito pelo entrevistado e preservamos a sua confidencialidade. Sendo assim, os nomes usados nos depoimentos são fictícios, de forma a proteger a identidade e garantir a integridade dos nossos entrevistados.

3.7.2. Constrangimentos da Pesquisa no âmbito da recolha de dados

Como em toda pesquisa assim como em qualquer estudo, depara-se com dificuldades foi desta forma que também, deparamo-nos com ligeiras dificuldades ao longo da pesquisa a destacar:

A primeira delas está relacionada ao cumprimento dos prazos ou metas por nós estabelecidas pois, devido à questões ligadas à protocolos que deveriam ser observados como apresentarmos-nos às instituições legais ou de direito para garantirmos a legitimidade do nosso trabalho a segunda subordina-se à extensão da área geográfica e as condições climáticas (precipitações em dias agendados para recolha de dados o que se traduziu em atrasos e respeito pela priorização de certas actividades do dia-a-dia dos entrevistados o que se traduziu igualmente no atraso na cobertura (Inhassoro) sobretudo nas localidades, no distrito existem localidades de difícil acesso, um outro constrangimento está relacionado com aspectos burocráticos para acesso à instituição SASOL e/ou aos responsáveis. Por último, deparamo-nos com o constrangimento relacionado com a clareza e objectividade nas respostas de determinados entrevistados, talvez porque em certos casos os nossos entrevistados procuravam levantar apenas aspectos que lhes pudessem favorecer sobretudo, alguns expunham suas preocupações e pediam que flexibilizássemos os programas da SASOL e melhorássemos acesso aos projectos de geração de renda assim como tantos outros aspectos. Estes constrangimentos fizeram com que repetíssemos as razões do nosso estudo (sublinhar que não representávamos o governo e empresas, e que se tratava de pesquisa científica com contributos meramente académicos) e as questões de diferentes formas/expressões e idiomas para que determinadas informações ficassem mais claras primeira delas está relacionada ao cumprimento dos prazos ou metas por nós estabelecidas pois, devido à questões ligadas à protocolos que deveriam ser observados como apresentarmos-nos as instituições legais ou de direito para

garantirmos a legitimidade do nosso trabalho a extensão da área geográfica e as condições climáticas (precipitações em dias agendados para recolha de dados o que se traduziu em atrasos e respeito pela priorização de certas actividades do dia-a-dia dos entrevistados o que se traduziu igualmente no atraso na cobertura (Inhassoro) sobretudo as localidades, não nos foi possível realizar a nossa pesquisa dentro dos prazos por nós instituídos, no distrito existem localidades de difícil acesso, um outro constrangimento está relacionado com aspectos burocráticos para acesso à instituição SASOL e/ou aos responsáveis. Por último, deparamo-nos com o constrangimento relacionado com a clareza e objectividade nas respostas de determinados entrevistados, talvez porque em certos casos os nossos entrevistados procuravam levantar apenas aspectos que lhes pudessem favorecer sobretudo, alguns expunham suas preocupações e pediam que flexibilizássemos os programas da SASOL e melhorássemos acesso aos projectos de geração de renda assim como tantos outros aspectos. Estes constrangimentos fizeram com que repetíssemos as razões do nosso estudo (sublinhar que não representávamos o governo e empresas, e que tratava-se de pesquisa científica com contributos meramente académicos) e as questões de diferentes formas/expressões e idiomas para que determinadas informações ficassem mais claras.

3.8. Descrição da área de estudo

O distrito de Inhassoro está situado na região norte da província de Inhambane, limitando-se a Norte com o distrito de Govuro, a Sul com os distritos de Vilankulo e Funhalouro, a Oeste com o distrito de Massinga e a Este com o Oceano Índico. Este distrito possui uma superfície¹ de 4.758 km² na parte continental e 35,5 Km² na parte insular, que compreende as Ilhas de Bazaruto e Santa Carolina sua superfície é de 4.516 km² (Ministério da Administração Estatal, 2012). É banhado pelo Oceano Índico numa linha de costa de 100 Km de extensão. Existem 12 lagoas, dentre as quais se destacam: Mbaule, Chidacheque, Baquete, Pevo, Mussanga, Macurumbé, Sangazive, Gulumbila e Nhamacuecuete, e Arquipélago composto por duas ilhas a saber: Bazaruto e Santa Carolina (*Idem*). O clima é tropical húmido na faixa costeira e tropical seco no interior, sendo caracterizado por duas estações (seca e chuvosa).

O distrito considera-se de extrema importância na exploração florestal ao nível da Província de Inhambane, devido ao seu potencial em termos de cobertura em florestas produtivas, sendo predominadas por uma diversidade de espécies de flora e fauna bravia melhorando o ecossistema

no meio do habitat (Ministério da Administração Estatal, 2012). A fauna bravia é um dos recursos de importância socioeconómica para as comunidades do interior do distrito

O distrito é rico em jazigos de pedra e gás natural. O gás natural é explorado pela Empresa Multinacional SASOL sediada no povoado de Temane, Localidade de Maimelane; a pedra é explorada por empresas de construção civil e artesãos, estendendo-se desde Vulanjane Macovane em Maimelane e Rumbatsatsa a Chihamele em Cometela (Idem). Foi possível perceber que o distrito apresenta varias potencialidades deste recursos naturais disponibilidade de força de trabalho e tendências de investimento no capital humano através da crescente busca pelo conhecimento técnico e profissional e oportunidades de negocio e comércio (informal e forma) como forma de fazer face as dinâmicas e graduais exigências do mercado, foi de igual modo, possível perceber que as empresas inseridas nas localidades e comunidades sua na maioria sua pequenas e médias empresas. Vide nos anexos o Mapa da localização geográfica de Inhassoro.

3.8.1. Caracterização da SASOL

Sendo a pesquisa de carácter qualitativo julgamos fundamental relacionar as características gerais do distrito e a empresa multinacional quanto aos recursos e potencialidades deste face a nossa abordagem indutiva no processo de observação, coleta, interação e análise do local do estudo colocando os objectivos da pesquisa em correspondência com o espaço geográfico da SASOL e as actividades levadas a cabo. Ao caracterizar a SASOL encontramos espaço para levantar catalogar os objectivos da pesquisa onde analisamos e descrevemos a implantação da multinacional SASOL e a prática da RSE no distrito de Inhassoro no contexto do processo do desenvolvimento rural e procuramos de igual modo, perceber os factores ligados à definição de estratégias e práticas da RSE mecanismos de implementação e os impactos destas praticas da RSE para o crescimento económico e desenvolvimento rural, traduzindo-se em melhoria das condições de vida das comunidades e valorização das potencias do distrito a todos níveis (recursos naturais, localização privilegiada do distrito, e recursos humanos).

Dados colhidos a partir do portal oficial da instituição indicam que originariamente SASOL significa *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* ou seja, Carvão e Óleo Sul-Africanos, é uma empresa de petroquímica sul-africana que desenvolve e comercializa tecnologias e produz produtos como combustíveis líquidos, químicos e eletricidade (SASOL, 2021).

A empresa é especializada nos processos de fabrico de gás para líquidos (GTL) e carvão para líquidos (CTL). De acordo com o portal desta companhia ela foi fundada em 1950 (SASOL, 2021).

A companhia começou a exportar gás moçambicano em Fevereiro de 2004 tendo como destino a vizinha África do Sul. Para além do contrato para a exploração dos campos de Pande e Temane, a SASOL, através das suas subsidiárias, tem dois contratos de pesquisa e produção de hidrocarbonetos em áreas próximas dos jazigos agora em exploração (Banco Mundial, 2005). A companhia pesquisa áreas adicionais para fazer face à demanda de novos mercados de gás natural em Moçambique, na África do Sul e no mundo em geral. A SASOL, de acordo com o seu Director Executivo, Pieter Cox, está particularmente satisfeita com o relacionamento que tem com o Governo moçambicano (SASOL, 2021).

O principal empreendimento da SASOL em Moçambique é o de Pande e Temane que resulta de uma série de acordos entre o Governo, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), e suas subsidiárias, e a SASOL Lda e suas subsidiárias. Trata-se dos seguintes acordos: Acordo de Produção Petrolífera, Acordo do Gasoduto (assinados com o Governo), Acordo de Operação Conjunta, o Contrato de Venda de Gás e o Contrato de Transporte de Gás estes contratos foram celebrados entre as filiais da Sasol e da ENH (Idem).

Dados disponíveis no documento do Banco Mundial (2005), mencionam-se os seguintes contratos:

1. Acordo de Produção Petrolífera: mediante este acordo, o Governo moçambicano concede à SASOL Petroleum, Lda (com uma percentagem de participação de 70%) e à Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), com uma percentagem de participação de 30%, direitos exclusivos para o desenvolvimento, produção e a disposição dos jazigos de Pande e Temane por um período de trinta anos (Idem).

2. Acordo do gasoduto: o governo moçambicano autoriza a ROMPCO (Republic of Mozambique Pipeline Investments Company) a construir, deter e operar o gasoduto por um período de trinta anos. A ROMPCO é a sociedade proprietária do gasoduto de 865 kms que transporta o gás natural desde Temane até Secunda na África do Sul. Esta sociedade é detida em 50% pela Sasol Gas, em 25% por uma subsidiária da ENH designada por Companhia Moçambicana do Gasoduto (CMG) e em 25% pela iGas, que é uma subsidiária do Governo da África do Sul (Banco Mundial, 2005).

3. Acordo de Operação Conjunta: é o acordo entre a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) e a Sasol Petroleum Limitada (SPT) que estabelece as obrigações e direitos de cada uma das partes como membros do concessionário (Banco Mundial, 2005).

4. Contrato de Venda de Gás: é o contrato para a venda anual de 120 milhões de gigajoules³ de gás natural entre os vendedores, nomeadamente a CMH e a SPT, e o comprador, neste caso a Sasol Gas Limited. A duração deste contrato é de 25 anos (Idem).

5. Contrato de Transporte de Gás: também com a duração de 25 anos, é o contrato para o transporte anual dos 120 milhões de gigajoules de gás natural, desde Temane até Secunda na África do Sul, assinado entre a Sasol Gas (expedidor) a empresa de gasoduto ROMPCO (Idem).

CAPÍTULO IV - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Após o terceiro capítulo que referencia as diferentes abordagens e fases metodológicas do fenómeno RSE, para melhor responder o problema do estudo, no presente capítulo faz-se apresentação, análise e interpretação de dados colhidos no campo do nosso estudo.

A apresentação consistiu na selecção e a respectiva análise de dados, incluindo a citação de exemplos por meios de três subcapítulos principais, o primeiro tem a ver com as concepções das autoridades do governo provincial e o segundo tem a ver com as interpretações por parte dos colaboradores da SASOL e o último subcapítulo, faz referência às concepções da RSE por parte das comunidades do distrito. No que tange à discussão dos resultados, procuramos essencialmente aceitar ou rejeitar as hipóteses pré-formulada no início do trabalho, para além de comparar os resultados com os problemas formulados por outros autores sobre o mesmo tema.

Em linhas gerais, a análise de dados evidenciou: que a prática da RSE tem tendências de ganhar variados contornos na sua aplicabilidade e que existem expectativas e práticas controversas conforme poderemos discutir ao logo do presente capítulo. A leitura de dados foi feita com base na Teoria da Sociedade de Risco e a Teoria dos *Stakeholders* e Responsabilidade Social, entendidas nesta dissertação como, primeiro enquanto processo de industrialização e modernização que abarcam consigo aspectos que colocam em risco e perigam ao Homem e sociedade no contexto deste processo evolutivo de industrialização e modernização, sendo a última, a predisposição dos actores sociais em envolverem-se mutuamente no processo de interação social na deliberação e execução de interesses institucionais e comunitários bem como colectivos a participarem de forma consciente e critica nos processos de crescimento e desenvolvimento local. É desta forma que, a falta destas predisposições levam a conclusões parciais de que o capital social influencia o desenvolvimento local perspectivas levantadas para iluminar questões relativas a conflitos sociais, pressupostos na forma de fazer política, e de actuação de agentes da esfera política derivados desse contexto bem como o modo de actuação das pessoas interessadas¹⁴ neste processo de interacção social.

¹⁴ *Stakeholders*

4.1. Grau De Percepções Sociais sobre a Temática de Responsabilidade Social das Empresas

Segundo dados apurados nas entrevistas às comunidades no que diz respeito ao conhecimento sobre RSE grosso número dos entrevistados, grupo designado A, foram predominantes respostas de já se ter ouvido falar sobre RSE, em contrapartida do grupo designado B que afirmou desconhecimento da temática sobre RS, ou seja, respondeu que nunca antes havia ouvido falar sobre o assunto, grupo extremamente reduzido/menor.

Relativamente ao grau de conhecimento sobre responsabilidade social das empresas, mais da metade dos entrevistados não possui conhecimentos sólidos acerca da temática de responsabilidade, ou seja, repostas obtidas sobre RSE o designado sub-grupo A1 (maioria), este entendia a RS como instalação de empresas num determinado local/espço onde existem comunidades. Dos entrevistados do sub-grupo A2, foram obtidas consideráveis respostas, cujo sub-grupo entendia a RSE como membros das comunidades reconhecidos (emprego, construção de infra-estruturas e envolvimento da comunidade). O último sub-grupo, A3 (minoria), olhou a RSE enquanto envolvimento do Governo, comunidades e empresa no decurso de actividades, reserva de benefício para a comunidade local. Como se pode constatar nos depoimentos:

Depoimento 01: “Olha meu Senhor, a partir da minha experiência acho que quando falam da RSE querem dizer que as empresas trabalham com o Governo porque algumas empresas envolvem líderes da comunidade para participarem de reuniões e apresentam algumas coisas ou projectos para ajudar a nós e nossos filhos na procura de emprego e reabilitação de algumas coisas como escolas e falam de abertura de Hospital”. (Entrevista DEI_Nr_18, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Depoimento 02: “A Responsabilidade social das empresas acontece quando recebemos ajuda das empresas quando temos problemas de chuvas ou algum fenómeno da natureza como ciclones então essa ajuda... daqui entendemos que faz parte daquilo que vocês consideram RSE, mas admito que existem muitas empresas que não são conhecidas e não se preocupam com nenhuma actividade ligada às comunidades, só para ter ideia ate hoje existem pessoas que não bebem agua potável aqui neste distrito e nem tem energia mas quem sabe com tempo... uma vez que a cada dia descobrem riquezas mas nem sempre sabemos do que realmente acontece por há vezes que dizem alguma coisa depois fazem outras...”. (Entrevista DEI_Nr_11, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Depoimento 03: *“A RSE, faz parte das directrizes dos programas sociais de assistências às comunidades por meio de acções que desenvolvemos para permitir que de facto existem empreendimentos no distrito e infraestruturas sociais bem como algumas acções, por exemplo actualmente a empresa trabalha directamente com as comunidades para fazer intervenções directas em projectos que as comunidades acham que sejam prioritárias para satisfação dos seus desejos, a empresa reabilitou algumas escolas existem pessoas que trabalham as empresas que prestam serviços à SASOL”*. (Entrevista DEI_Nr_06, Março de 2022, Distrito de Inhassoro)

Depoimento 04: *“Olha meu Senhor, a partir da minha experiência acho que quando falam da RSE querem dizer que as empresas trabalham com o Governo porque algumas empresas envolvem líderes da comunidade para participarem de reuniões e apresentam algumas coisas ou projectos para ajudar a nós e nossos filhos na procura de emprego e reabilitação de algumas coisas como escolas e falam de abertura de Hospital”*. (Entrevista DEI_Nr_29, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

É possível perceber que a temática sobre a RSE abarca consigo vários aspectos a partir dos aspectos, sociais, culturais estruturais (quadro jurídico) e de ordem política (Governo), julgamos que estes aspectos coadjuvados com outros elementos e teorias como a de sociedade de risco e *stakeholders* e RSE, podem ser de suma importância neste processo de interação social (empresa, Governo e comunidades). A concepção sobre RS muitas vezes é incorpora sob ponto de vista subjectivo como acção de filantropia no contexto das comunidades marginalizadas. Na sua essência a RS, na nossa perspectiva olhamos para acções de RS como parte das estratégias e a postura de uma empresa que por livre e espontânea vontade, decide praticar comportamentos e acções que gerem o benefício colectivo, seja esse para o seu público interno (funcionários, acionistas etc), assim como para o público externo (clientes, fornecedores, sociedade em geral) fora das garantias reservadas por Lei para amenização dos danos ligados a exploração e necessidade de contributo para o desenvolvimento local. Acções estas tomadas voluntariamente e que não estão ligadas a benefícios ou obrigações promovidas pela legislação ou a sociedade a qual está inserida (SOUZA, 2011, p. 17).

4.2. Prática da RSE por parte das empresas inseridas no distrito

Para melhor percebermos este subcapítulo recorreremos à literatura indicando que existe uma Certificação de um sistema de gestão de Responsabilidade Social designada norma SA 8000 é a primeira norma auditável a nível mundial que certifica organizações com Sistemas de Gestão de Responsabilidade Social implementados. Surgiu em 1997 emanada pela *Social Accountability International* (SAI), anteriormente designada CEPAA (*Council on Economic Priorities Accreditation Agency*), baseando-se em 12 convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração dos direitos do Homem das Nações Unidas e na Convenção das Nações Unidas dos direitos das Crianças (*Norma Internacional SA 8000, 2001*). A SAI é uma organização internacional, não governamental, com múltiplos *stakeholders* e tem como objetivo a melhoria dos postos de trabalho e das comunidades através do desenvolvimento e implementação de normas socialmente responsáveis. Em Moçambique, existem ainda ambiguidades sobre a entidade responsável pela gestão de RS e directrizes da mesma.

O livro verde por sua vez aponta que, "a responsabilidade social das empresas é, essencialmente, um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo" (Livro Verde, 2001, p. 4).

Esta definição pode ser vista como lacunar por que por um lado apresenta essencialmente uma ideia de filantropia por parte de das empresas. Em segundo lugar, porque indica que a abordagem de base voluntária à RSE é a única.

Segundo o Livro Verde:

"Embora a obrigação primeira (das empresas) seja a obtenção de lucros, as empresas podem, ao mesmo tempo, contribuir para o cumprimento de objectivos sociais e ambientais (...)" (Ibid). O que leva-nos a inferir que a RSE é uma mais-valia facultativa.

Se por um lado a maioria das comunidades pouco entende na essência sobre a temática da RS, o estudo da empresa de consultoria e auditoria (KPMG¹⁵), realizado em 2007 revelou que a maioria das empresas moçambicanas não conhece o real conceito de RSE e que muitas delas confundem as actividades filantrópicas com responsabilidade social, como atesta a afirmação da Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias in *Jornal Notícias* (13 de Novembro de 2014), quando dizia

¹⁵ Resultado da fusão em 1987 entre a Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Goerdeler (KMG), onde K representa Klynveld, P representa Peat, M representa Marwick e G representa Goerdeler.

que: “ Confundimos acções de RS com patrocínios ou oferta de bicicletas, o que é importante, mas apenas se estiver inserido dentro de um programa sustentável para o local onde os meios são disponibilizados”.

Os dados das entrevistas realizadas não foram divergentes das constatações do estudo realizado aos passados 15 anos pela empresa de consultoria e auditoria KPMG, demonstrando ainda a prevalência de falta de consciência crítica sobre a temática da RS sendo que a maioria dos entrevistados olham para a prática da RS enquanto acções de carácter filantrópico ou altruísta por parte de representantes de boa-fé de empresas como a SASOL. São variadas as formas de percepção ou interpretação dentro das comunidades, colaboradores da SASOL e representantes do Governo local, sendo que, para a comunidade é notória e prevalece a limitada prática da RSE em sua plenitude. Apesar do exposto vale ressaltar que algumas iniciativas já foram levadas a cabo de carácter de RSE, como se pode verificar nos dados a seguir.

Existem ambiguidades na interpretação de práticas de RSE, onde houve registro de respostas relacionadas a necessidades e anseios não satisfeitos (I grupo), por último houve registro de respostas narradas sobre iniciativas de apoio em questões sociais (II Grupo).

Relativamente ao grupo sobre necessidades e anseios não satisfeitos, foram frequentes respostas no primeiro sub-grupo intitulado C1, abordando para a RSE como oportunidade para projectos de cunho emancipatório ou social nos locais onde estão inseridos para estes incrementarem o desenvolvimento e contribuir para o bem-estar social.

No segundo sub-grupo C2, foram de igual modo, comparativamente frequentes respostas da RS como criação de condições para as comunidades desfavorecidas provendo acções para acesso a água potável e canalizada como é o caso da multinacional.

No terceiro sub-grupo C3, houve registro de consideráveis respostas sobre falta de clareza na forma como é feita a interação entre as empresas e tomadores de decisão ou Governo no processo de desenvolvimento, reserva de actividades em benefício da comunidade local.

Quanto as respostas sobre iniciativas de apoio em questões sociais, nos dados do primeiro sub-grupo D1, foram abundantes contestações levantando aspectos positivos e defendendo que empresas ajudaram no apetrechamento em certas escolas nas comunidades.

No segundo sub-grupo D2, houve registro considerável de respostas fazendo alusão à iniciativas de melhoria de condições no acesso aos serviços sanitários condignos exemplo da referencia do projecto de construção de um Hospital distrital por meio de uma iniciativa entre o Governo e a multinacional SASOL.

O último sub-grupo D3 (minoritário), registro de respostas extremamente escassas, abordou sobre os investimentos nas estradas defendendo que nos últimos anos houve melhoria das condições das estradas porque o distrito passou a ter um considerável fluxo de mobilidade dos trabalhadores das empresas subcontratadas pela SASOL e a própria multinacional entre outros. Conforme pode-se apurar nos depoimentos a seguir:

Depoimento 05: *“Nós não estamos a ver nenhum benefício oferecido por estas empresas aqui onde estamos, só vemos e acompanhamos de longe o que as empresas fazem na verdade nós não temos real noção de quantas empresas fazem o que fazem mas como não temos poder sobre isso não esperamos grandes coisas”*. (Entrevista DEI_Nr_16, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Depoimento 06: *“Houve um encontro em que fomos chamados foi quando falaram e procuraram saber o que precisamos no distrito clamamos por um Hospital foi ai que a SASOL e o Governo mostraram-nos uma intenção de construírem este empreendimento mas disseram-nos que o Governo é que estaria na dianteira deste processo ficamos ansiosos em ver o nosso distrito melhorado”*. (Entrevista DEI_Nr_28, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Enquanto a comunidade cinge-se às questões que lhe dizem respeito a condições sociais e económicas, os entrevistados representantes/colaboradores da SASOL de uma forma geral foram unanimes em entenderem que a RSE pode ser vista na perspectiva de contribuição das empresas seja, através de projectos sociais, acordos do desenvolvimento do distrito em parceria com o Governo, designado investimento social, programa tido como toda infraestrutura ou investimento ou programa realizado em torno ou arredores das comunidades ou seja, olham para a RSE por meio de acções de contrições económicas no distrito e meio interno, a evidencia deste facto é que todos entendem que a SASOL desenvolve acções numa perspectiva de apoiar/assistir pessoas singulares na vertente de empoderamento económico, apontando para oportunidades de formação

em desenvolvimento humano como praticas da RS, é desta feita que, a quem (grupo considerável) entenda que, o envolvimento das comunidades em temáticas sobre desenvolvimento comunitário através planos ou satisfação dos anseios de distintas comunidades na resposta para colmatar desafios inerentes às necessidades mínimas tendo as empresas a subtenderem tais acções constituem abertura para igualdade de oportunidades e prática da RS, a instituição olha para esta política como estratégia de apoio à adaptação de mudanças e exigências contemporâneas do mercado. Existem igualmente apreciações (a maioria dos entrevistados) que julgam que, no âmbito da implementação de suas actividades a SASOL desenvolve relações de cooperação e parcerias com as comunidades (apoio social e filantrópico).

Relativamente às percepções sobre práticas da responsabilidade social da SASOL por parte do corpo administrativo do Governo distrital, estes foram unanimes em afirmar que a empresa realiza actividades diversas relativas à RSE apontando para os variados seguimentos identificados como infraestruturas sociais referido pela maioria dos participantes das entrevistas, seguido de desporto e lazer, intervenções no sector de saúde e meio ambiente, promoção de educação e cultura, por fim foram referidas praticas de empoderamento sobretudo viradas à pessoas singulares (geração de renda por meio de empreendimentos para habilidades na vida e inserção no mercado e desenvolvimento juvenil) entre outras não especificadas que surgiram no contexto de apoio em emergência.

O Livro Verde baseia-se numa definição de RSE como a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interacção com outras partes interessadas. No entanto, conforme indicam diversas respostas ao processo de consulta (incluindo as apresentadas em nome da indústria), não existe uma definição uniforme de RSE (Livro Verde da Comissão COM, 2001, p. 27).

Moçambique aderiu ao “Global Compact”¹⁶ em 2003 e a RSE tem sido praticada, na sua maioria, por empresas multinacionais e grandes empresas num processo, complexo e que se pode considerar irreversível. A chegada das grandes multinacionais no país, que se encontra num nível avançado desperta ao sector empresarial nacional para o real conceito de RSE. Esse facto, contribui para

¹⁶ Programa lançado em 1999 pelo então secretário das NU, Kofi Annan numa plataforma de políticas e quadro para as empresas com práticas de negócios sustentáveis.

acelerar o processo de RSE em Moçambique num processo mais abrangente, por um lado, e por outro lado, as empresas começam a compreender e incorporar soluções dos problemas internos e sociais num prisma de responsabilidade enquanto processo que envolve todos os intervenientes numa sociedade em evolução.

Apesar de prevalecerem ainda ambiguidades sobre a temática e desafios, reconhecemos que muito foi feito para se capitalizar e influenciar práticas sobre RS visto que, existem instrumentos legais (internacionais e nacionais), que orientam e legitimam a temática e aplicabilidade da SER apesar de reconhecer as limitações que foram identificadas nas comunidades. A literatura aborda esta temática numa prisma holística que abarca as diferentes partes interessadas sustentando que, ser socialmente responsável não está restrito ao cumprimento de todas as obrigações legais – implica ir mais além promovendo investimentos em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais, ultrapassando a esfera da própria empresa, envolvendo, além dos trabalhadores e acionistas, outras partes interessadas (REETZ, 2006, p. 22).

4.3. Grau de Influência de actividades desenvolvidas pela SASOL para melhoria de condições de vida das comunidades (Desenvolvimento Rural)

Dados obtidos a partir das comunidades demonstram consciência de que estas têm verificado melhorias de condições de vida com actividades desenvolvidas pela SASOL sendo que, quase todos os participantes da entrevista afirmaram que houve desenvolvimento ou melhoria de condições de vida nas comunidades com a inserção da SASOL no distrito Grupo E1, por outro lado, houve registro de respostas relativamente escassas (minoridade Grupo E2), afirmando não haver influência positiva relativamente às actividades da empresa para o desenvolvimento da vida social das comunidades. Como se pode constatar nos depoimentos:

Depoimento 07: “Quando ouvimos que tínhamos gás neste distrito com uma empresa muito grande todos ficamos felizes e pensávamos que as coisas poderiam mudar para o melhor mas a verdade é que ficamos a saber que este tipo de empresas gera muitas oportunidades para as comunidades e população mas até cá estamos a ver pequenas ajudas então não sabemos como é feita e até quando então isso preocupa-nos”. (Entrevista DEI_Nr_27, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Depoimento 08: *“Bom eu conheço algumas pessoas que agora trabalham numa empresa de abertura de furos essas coisas assim... para a SASOL então pelo menos um e outro luta da sua maneira para ter algum trabalho mas dizer que temos muita gente que conhecemos que trabalha na SASOL ou muitos conhecidos que prestam serviços para essas empresas nada, talvez é porque também muitos de nos não estudamos muito... mas pelo menos ouvimos que vão ajudar as comunidades ainda estamos esperançosos neh”*. (Entrevista DEI_Nr_17, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Depoimento 09: *“...Desde que aconteceram os conflitos em 2015 sentimos que aqui a empresa começou a ouvir as comunidades então pra mim isso já é um passo existem alguns planos de deixar o distrito mais bonita ouvimos com algumas pessoas da comunidade que se reúnem com a empresa, também já temos alguma luz do uso do gás apesar de estar caro mas eu acho que algumas coisas vão mudança aos pouquinhos mas quem sabe um dia”*. (Entrevista DEI_Nr_14, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Apesar das melhorias verificadas dados do IOF (2019/20), sobre a principal fonte de energia ou combustível que o agregado familiar usa para confeccionar os alimentos, mostra que 73,6% de agregados familiares no país por exemplo usam combustível lenhoso. Cerca de um quinto de agregados familiares usam carvão vegetal, apenas 3,8% usam gás e, menos de 1% usam electricidade. O mesmo inquérito, aponta a província de Inhambane com uma taxa de desemprego de 22,4%, considerada uma das taxas de desemprego acima da média nacional, com percentagens que variam até 37,1% (IOF, 2019/20).. A responsabilidade social empresarial (RSE), é crucial no contexto rural, impactando positivamente as comunidades locais. As empresas têm a oportunidade de adotar iniciativas sustentáveis e engajar-se com os distintos grupos e classes das comunidades para promover o desenvolvimento rural. Daí que entendemos que iniciativas que tem em vista o desenvolvimento local ou rural poderão sobremaneira suprir certas necessidades ligadas à educação, acesso a bens e serviços mesmo reconhecendo os desafios que prevalecem no contexto rural. Ademais, as iniciativas de RSE ajudam a reduzir desigualdades e promovem a inclusão de grupos menos favorecidos e desenvolvimento local. Facto sustentado pelas teorias de sociedade de risco e *Stakeholders* ao olharmos para a industrialização como processo que produz desigualdades e demais problemas sociais que carecem de mecanismos ou estratégias para sua minimização e reversão.

Dados do relatório (SASOL, 2022), do acordos de desenvolvimento local no contexto de programas estratégicos quanto ao acesso à energia apresentam como meta: 2.500 famílias obtêm acesso à energia para cozinha e iluminação, onde segundo este, já foi finalizada a consulta com a EDM e o FUNAE para compreensão do plano de electrificação de modo a evitar conflitos de intervenção, o pacote de energias renováveis do ADL terá foco nas comunidades onde a EDM não possui ainda nenhum plano. O Projecto Acesso a Energia dos ADLs poderá trabalhar com a EDM para apoiar na extensão da rede nas comunidades com rede nacional já planificada. Segundo este relatório o pedido de expressão de interesse já foi lançado ao mercado e espera-se que algumas das mais conceituadas empresas do país concorram (SASOL, Quarterly Meeting, 2022). Vide a figura:

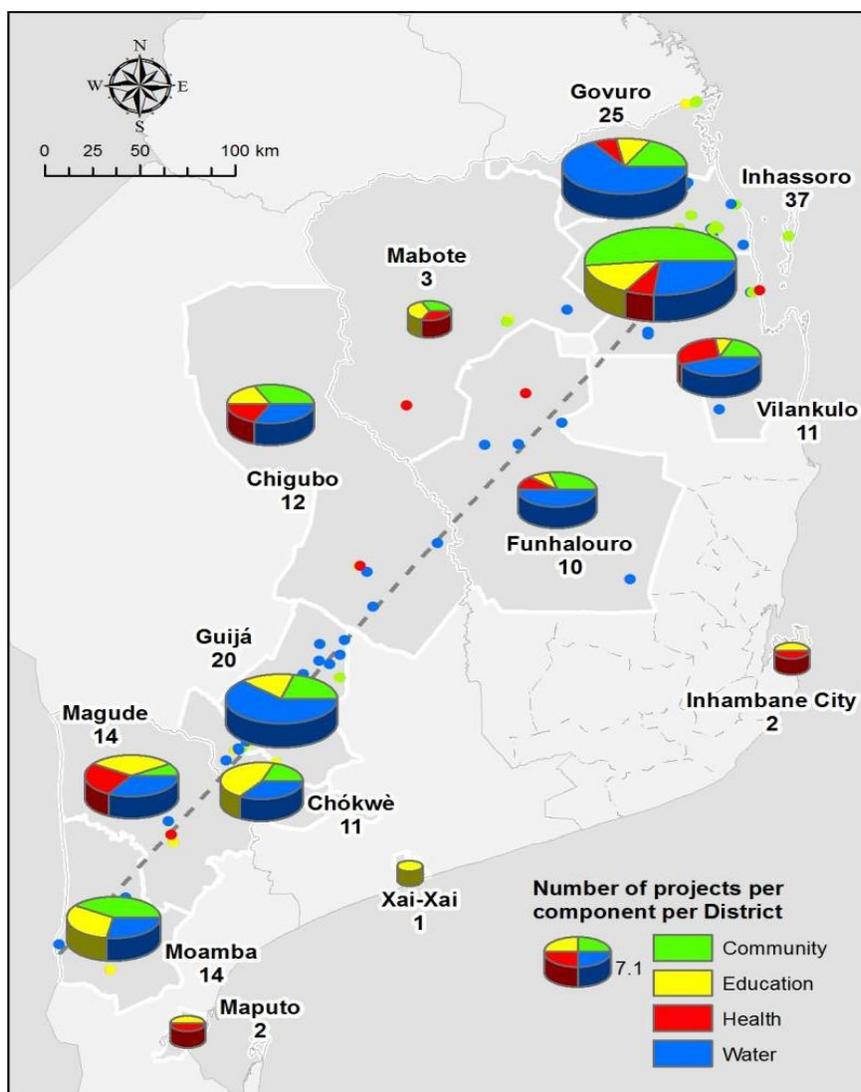


Figura 1. Programa estratégico no âmbito dos acordos do desenvolvimento local
 Fonte: SASOL, 2019.

4.4. Assistência em projectos ou iniciativa de empreendedorismo (empoderamento económico) para membros da comunidade

Questionados sobre existência de um programa de apoio às comunidades locais para se capacitarem na organização social e económica formando pequenos empreendimentos associações e cooperativas os entrevistados responderam expondo e explicando a existência de 5 (cinco) pilares da responsabilidade social e económica da SASOL a saber:

1. Contribuições obrigatórias feitas através de IRPC (melhor contribuinte), IRPS, Royalties e Dividendos;
2. Benefícios a jusante por meio de produção de energia (6 Centrais termoeléctricas), Fornecimento de Gás à Indústria (mais de 30 empresas) Gás de Cozinha (30 000 toneladas) Gás veicular;
3. Conteúdo local, desenvolvido a partir de Capacitação das PMEs, Financiamento a PMEs (Fundo PME), Procurement preferencial;
4. Investimento social feito a partir de Acordos de Desenvolvimento Local, Outros Projectos de IS e Apoio de emergências Patrocínios;
5. Emprego e desenvolvimento do capital humano, através de Emprego Directo na produção – PPA (300), Emprego permanente pelos contratados do PPA (245), Emprego no projecto PSA (3000+), 78 licenciados e mestres formados, 487 Técnicos básicos e médios formados.

Assim, já podemos verificar quais as políticas mais adoptadas para a implementação e desenvolvimento de actividades de Responsabilidade Social.

De acordo com dados obtidas através de entrevistas com os colaboradores da SASOL, a comunidade local é que tem tido maiores benefícios da RS praticada pela SASOL em 67%, 20% para colaboradores da instituição e seus familiares e 28% (outros) beneficiam-se de acções de RS por parte da SASOL. Através dos resultados obtidos, podemos verificar que a empresa assume a gestão da Responsabilidade Social com um objectivo amplo, ou seja, a estratégia engloba as medidas que abrangem os 2 ambientes da empresa – externo e interno. As respostas dos entrevistados demonstram, que de uma forma geral a empresa preocupar-se cada vez mais com a Responsabilidade Social e adopda políticas de envolvimento das comunidades trazendo um

sentimento de participação por parte destas. Esta abordagem é sustentada pela *World Business Council for Sustainable Development*¹⁷ (WBCSD), que também propôs práticas da RSE que consistem no “compromisso adoptado pelas empresas em contribuir para o desenvolvimento económico sustentável, enquanto promovem a qualidade de vida dos trabalhadores e das suas famílias, das comunidades locais e da sociedade em geral” (WBCSD, 2000).

4.5. Ocorrência de conflitos de interesse entre a comunidade e a empresa multinacional nas expectativas sobre o desenvolvimento das comunidades e acesso à oportunidades

Segundo dados apurados nas entrevistas foi possível perceber que houve unanimidade no reconhecimento dos conflitos vivenciados, destes, no primeiro sub-grupo intitulado F1 foram recorrentes repostas abordando a desvalorização da mão-de-obra local (empregabilidade) como factor que ditou a ocorrência dos conflitos. Foram de igual modo, registadas respostas frequentes no sub-grupo intitulado F2, que afirmou que falta de envolvimento da comunidade nos projectos e planos da empresa desencadeou uma certa frustração às comunidades. Outros entrevistados, sub-grupo F3, houve registro de respostas reactivamente significativas defendendo que a falta de clareza na elegibilidade para assistência aos beneficiários em empreendedorismo e geração de renda criou mal-entendidos no seio comunitário. Outro sub-grupo (F4), entendia que o não usufruto de bens (gás) produzidos pela empresa em benefício das comunidades seria um dos motivos dos conflitos, o último sub-grupo (F5), defendeu que os conflitos poderiam estar associados a múltiplos factores enquadrados no nosso texto como outros factores, afirmando que pouco sabia dos motivos reais que estariam por detrás do registro dos conflitos. Foi possível perceber que no âmbito da instalação e do desenvolvimento das relações entre a multinacional e comunidades, existiram certos momentos de conflitos em que as comunidades entendiam que a empresa pouco fazia para valorizar e desenvolver acções concretas que pudessem alavancar a economia local e influenciar na melhoria do bem-estar social, por outro lado, a empresa recebia distintas solicitações de ajuda em projectos ou acções não previstas nos programas ligados a RSE desta, conforme os dados evidenciaram na tabela anterior sustentados pelos seguintes depoimentos (pág. a seguir):

¹⁷ O WBCSD é líder mundial na abordagem empresarial das temáticas do Desenvolvimento Sustentável.

Depoimento 10: *“É o seguinte meu caro, primeiro dizer que sim houve sim registos considerareis digamos eeh... falta de satisfação dos pedidos feitos pelas comunidades e principais locais ou distritos por onde passam os pipelines de Gás para Africa do Sul, o que acontecia é que a SASOL recebia vários pedidos de ajuda de assistência por parte dos governos distritais, o que complicou a gestão de projectos de caracter social. Esses conflitos registaram-se sobretudo até por volta de 2018 salvo erro, época em que a nossa empresa geria directamente os projectos sociais e processos de recrutamento dos colaboradores, facto que foi ultrapassado quando começamos a trabalhar com varias empresas subcontratadas para diferentes fins e houve mais envolvimento das comunidades previstas nos nossos planos sociais dai que já deve ter percebido que a empresa está a desenvolver grandes projectos neste distrito em parceria com o Governo como é o caso da abertura de furos de água, gás canalizado para as comunidades e há ainda previsão de investimentos de grande magnitude para este distrito”. (Entrevista DEI_Nr_05, Abril de 2022, Distrito de Inhassoro).*

Depoimento 11: *“No início foi um pouco complicado esse assunto porque as comunidades não estavam organizadas e isso acabava fazendo todos pensarmos em pedir ajuda ou esperar que a SASOL abrisse oportunidades o que causou mais conflitos... e também porque não sabíamos o que eles tinham para nós ou o que esperar”. (Entrevista DEI_Nr_29, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).*

Apesar do exposto sobre os conflitos no distrito, foi igualmente possível perceber que com a instalação da multinacional no distrito houve significativas mudanças na esfera social, económica e política, o distrito ganhou maior destaque e visibilidade e investimentos de varia ordem bem como a população passou a se beneficiar de acções ligadas ao desenvolvimento económico, envolvimento em planos ligados ao investimento em infraestruturas ou projectos da multinacional virados às comunidades (acesso ao gás canalizado em alguns pontos do distrito, reabilitação de escolas, extensão da rede de abastecimento de água potável e acesso à fontes de energias).

É desta forma que, a perspectiva defendida por Beck sobre sociedade de risco se relaciona com a teoria de *stakeholders* pois, demonstra-se suma pertinência visto que a crescente presença Estado e tendências de crescimento de Empresas e a execução de actividades económicas inerentes as

referidas empresas produz riscos que ganham especial atenção no contexto acadêmico por meio de maior interesse em perceber e explicar fenômenos de riscos sociais e globais decorrentes de ações ou impactos nefastos que podem resultar em ameaças e perigos para as comunidades e sociedade onde o Estado é chamada a exercer seu poder por meio de produção de conhecimento científico (identificação e previsão de possíveis consequências nefastas) para lidar com os perigos da produção industrial seja através de políticas mitigação de riscos e benefícios sociais para lidar com as desigualdades sociais e relações marcadas por expectativas e conflitos entre empresas e comunidades.

Figura 2. Conduita de Gás Doméstico



Figura 3. Central de abastecimento de Água Potável



Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

A literatura aponta que inicialmente, as empresas que exploravam recursos, muitas vezes pelas imposições da legislação internacional que regula as atividades deste gênero, especialmente aquelas definidas pelo Banco Mundial (BM) e pelas Diretrizes de Desempenho Social e Ambiental da International Finance Corporation (IFC), eram obrigadas a integrar nos seus planos de investimento e exploração, pacotes de programas de RSE que tinham em vista a devolução e benefício das comunidades onde estes investimentos ocorrem (WWF, sd). No entanto, a ausência de uma política nacional de RSE abria espaço para cada investidor decidisse o pacote de RS bem como a abordagem de implementação desejada, o que de todo não era mau, porque, se por um lado estes pacotes poderiam até resolver, em alguma medida, problemas relacionados com a provisão de serviços essenciais básicos, por outro lado não se afiguravam sustentáveis com programas de desenvolvimento e devolução pelos recursos explorados, perpetuando a dependência e promovendo a exclusão social, sobretudo no que concerne ao acesso a esses recursos pelas camadas da população mais vulneráveis (WWF, sd).

Este vazio legal ou orientador, aliado ao rápido crescimento deste sector, obrigou a uma profunda reflexão por parte do Governo da República de Moçambique (GRM) que culminou com uma discussão que serviu de base para o desenvolvimento de uma política de RSE no sector extractivo, através de consultas públicas regionais realizadas pelo Ministério de Recursos Minerais (MIREM).

4.6. Grau de contribuição da SASOL para o desenvolvimento de Inhassoro

Dados sobre acções ou contributos da multinacional para o distrito em melhoria ou crescimento de Inhassoro, possibilitaram-nos perceber que os entrevistados foram unânimes em reconhecer a importância desta empresa para o distrito bem como a província sendo que, em linhas gerais para os entrevistados a empresa tinha um impacto de grande magnitude e representava um real potencial para o distrito não apenas sob ponto de vista económico como também sob ponto de vista social e cultural através de troca de experiências e oportunidade de negócio com as pessoas que fazem suas intervenções com as comunidades e não só, em linhas gerais os participantes das entrevistas olharam a multinacional como sendo aquela que serviu para evidenciar mais o distrito sobretudo na vertente de investimentos nos últimos anos o que também fez com que as comunidades tivessem consciência sobre as potencialidades de Inhassoro, foi também possível o envolvimento das comunidades em matérias sobre meio ambiente e RSE, levantou-se ainda oportunidades de pequenos negócios (a título de exemplo, venda de refeições e produtos de primeira necessidade etc.) a partir das empresas subcontratadas pela SASOL conforme atesta o depoimento a seguir:

Depoimento 12: “[...] conforme vês, estou aqui a fazer meus biscates conheço pessoas que já foram contratados também para fazer qualquer coisa somos muitos desempregados e não temos muito conhecimento técnico, mas uma vez que por vezes conseguimos esses trabalhos temporários apesar de não ser seguro porque epáh, é só por algum tempinho mas tas a ver nêh conseguimos ver que deu-se mais valor ao distrito recebemos muita gente vindo de diferentes locais algumas pessoas espertas conseguem abrir empreendimentos e prestação de serviços”. (Entrevista DEI_Nr_26, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

Como forma de relacionar e atestar as visões dos participantes sobre o impacto das actividades da SASOL e estratégias por esta adoptadas recorres ao relatório da pesquisa realizada pelo *World Business Council for Sustainable Development*, na parte referente às recomendações para as

empresas se engajarem na Responsabilidade Social, os critérios para identificar os stakeholders são legitimidade, influência dos agentes e resultados: se estes serão produtivos a longo prazo, ou seja, a preocupação deve estar voltada para soluções de longo prazo e não imediatistas. (WBCSD, 2000). Esta perspectiva teórica leva-nos a inferir que se trata de situações concretas ligadas a sustentabilidade das acções de RSE que possam incidir sobre o desenvolvimento rural por meio de contributo para o bem-estar e apropriação dos resultados dos investimentos para a vida social e económica das comunidades do distrito, a médio e longos prazos nas comunidades.

4.7. Papel do Governo na relação entre as comunidades a SASOL e demais empresas inseridas no distrito

Os entrevistados foram unânimes em defender que o Governo tem feito seu papel como mediador de acções de RSE tem ainda o papel de garantir que actividades levadas a cabo, reflitam-se no desenvolvimento e suprimento das necessidades das comunidades. Dados apurados a partir das entrevistas apontam para o Governo enquanto um actor chave na auscultação e levantamento das necessidades das comunidades e desenho de estratégias entre as empresas não se limitando à SASOL. A quem entenda e defenda que o Governo, faz acordos de desenvolvimento local através de projectos e cadeias de valores gestão de negócios como produção de ovos onde, o Governo serve de facilitador/mediador na inserção dos agentes económicos no mercado, por sua vez o outro grupo entende que o Governo a título de exemplo os entrevistados apontam para um projecto isolado levado a cabo pela SASOL e Governo a construção da Escola Secundaria e Construção de um hospital distrital. Conforme os dados sustentam no seguinte depoimento:

Depoimento 13: “O Governo distrital e central, trabalham de forma estreita e coordenativa com as empresas inseridas no distrito e não só, adicionalmente graças a este trabalho coordenativo existem estudantes estagiários de cursos técnicos profinalizantes a desenvolver habilidades práticas em diversas instituições incluindo nas instalações do Governo distrital, este é um dos exemplos que trouxe um grande contributo na formação de jovens que poderão servir o país, de um modo geral, os acordos de desenvolvimento e memorandos tem possibilitado significativas mudanças e impactos positivos para as comunidades e valorização da mão-de-obra local. Outras intervenções que temos levada a cabo com a SASOL tem a ver com o desenvolvimento económico das populações como é o caso de

Empreendedorismo (GFA e Tecnico): onde Já foram seleccionados os 500 beneficiários do projecto, treinados 20 formadores; Emprego e Competências para o Desenvolvimento. 72 Graduados do CFP formados em habilidades para a vida; 63 Graduados em de agroprocessamento e cozinha; Em aquisição uma unidade móvel especial para formação em electricidade e canalização; Produção de ananás (SDAE Govuro) – Já está em preparação o campo de ananás para cerca de 200 beneficiários de Govuro; Produção de ovos (AJOAGO, Aceagrários) – Em curso a construção de capoeiras para a produção de ovos para 90 beneficiários (45 em cada distrito) com capacidade de alojar 3000 poedeiras (1500 em cada distrito) Desenvolvimento do Artesanato (Kethu): Identificados 30 artesões da fase Piloto e esta em curso o seu treinamentos em escultura xirunzu. Desenvolvimento de Horticultura (Aceagrario e OIT): formação de 150 horticultores no modelo Machamba como Negócio (FBS). Desenvolvimento da Apicultura (Afrifruta): Em Preparação; Desenvolvimento de produtores de Castanha de Caju: Em preparação. É desta forma que, enquanto governo julgamos que estas invenções são de mais-valia para todos. (Entrevista DEI_Nr_03, Março de 2022, Distrito de Inhassoro).

A teoria de sociedade de risco, faz uma leitura explicativa do fenómeno de RSE pelo facto de relacionar de certa forma holística questões económicas, sociais (condições de vida), no âmbito do seu modo de produção e através de problemas decorrentes do referido modo de produção industrial, factores relacionados com a implantação desta com as comunidades e modo de produção. Na área dos hidrocarbonetos, em Moçambique, o maior projecto até hoje é o da Sasol em Inhambane. O projecto inclui a exploração e desenvolvimento dos campos de gás de Pande e Temane, uma central de processamento de gás e um gasoduto que transporta gás a Africa do Sul (PME, 2016, p. 177). O país (Moçambique) é propenso a actividades ciclónicas na zona costeira do Oceano Índico. Apesar de aprovados “pilares” de desenvolvimento como, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), os investimentos na agricultura e desenvolvimento rural têm sido inconsistentes e irregulares (UNICEF, 2019, p. 9).

4.8. Notas sobre análise e interpretação de dados com os disntintos grupos

Mediante o exposto no estudo, podemos verificar que de certa forma foram obtidas variadas respostas que podemos considerar como satisfatórias no âmbito da Responsabilidade Social Empresarial. As teorias por nós usadas tinham como objectivo central neste estudo relacionar e explicar fenómenos e situações decorrentes das acções ligadas a vida económica e social no contexto do desenvolvimento das actividades das empresas e o papel que estas podem e são chamadas a exercer com as partes interessadas e como actores de desenvolvimento de económico e criação de oportunidade de desenvolvimento local através de iniciativas próprias e estratégias que não estejam previstas no quadro jurídico e que não se relacionam com *marketing* sobretudo que estejam devidamente alinhadas com o desenvolvimento sustentável. Todavia, ainda prevalecem diversas lacunas reactivamente a transparência das acções da RSE para certos programas e projectos de cunho emancipatório e participação efectiva (poder de decisão e facilidades de acesso aos bens e serviços) das comunidades em materiais que lhes dizem respeito. É nesta prisma que julgamos pertinente levantar certos aspectos que chamaram-nos atenção na análise, colecta e interpretação dos conteúdos neste trabalho de pesquisa:

4.8.1. Situações não favoráveis

- Número considerável de entrevistados (mais de 80%) já ouviu falar de RSE porém, não possui conhecimentos sólidos sobre esta temática incorrendo deste modo, à situações de fácil manipulação dos indivíduos, falta de rigorisidade no cumprimento ou desenvolvimento de acções de RSE interna ou a nível externo, minando as relações entre as partes e retardando o desenvolvimento. Entendemos igualmente que o exposto pode influenciar para que as comunidades entendam que as empresas têm a obrigatoriedade ou papel que sob ponto de vista legal são de caráter do Estado (provisão da educação, saúde, acesso à corrente eléctrica entre outros) ou outra entidade. Foi recorrente ouvir nas entrevistas que a comunidade não percebia a gestão dos fundos pagos ao Estado pela empresa sendo que, esperava-se maior flexibilidade na implementação de projectos de caráter social porém para as comunidades prevalecem ambiguidades no entendimento das responsabilidades atribuídas ao Estado e à SASOL, seja pela expectativa ou pela falta de entendimento das atribuições dos mesmos (Estado e Empresa);

- Fraca percentagem de empresas subcontractadas no distrito que desenvolvem acções de carácter social ou emancipatório. O que facilmente confunde as comunidades a limitarem-se em julgar que acções de RSE não tem enquadramento jurídico e que dependem exclusivamente da vontade de empresas pela falta de clareza do assunto e mecanismo de envolvimento das comunidades na temática;
- A RSE muitas vezes é vista como sendo aquela que é apenas possível para grandes empresas ou multinacionais.

4.8.2. *Situações favoráveis*

- Existência de um departamento específico de Gestão da Responsabilidade Social com competências aceitáveis capaz de responder aos anseios internos e externos (Recursos Humanos e Marketing);
- Existência de instrumentos legais que suportam actividades de carácter da RS, tais como memorandos e acordos legais;
- Abertura dos entrevistados em se encontrarem disponíveis para discussão de assuntos inerentes à RSE (comunidades, SASOL e Estado) bem como existência de responsáveis e representantes das comunidades (comités comunitários) e fóruns específicos.

CONCLUSÃO

Na presente pesquisa, procuramos analisar a RSE como factor que concorre para o desenvolvimento rural, a partir de um trabalho de campo levado a cabo na província de Inhambane, distrito de Inhassoro com comunidades e a multinacional SASOL. Procuramos compreender os factores que relacionam-se e/ou influenciam o desenvolvimento de actividades da SASOL e seu impacto para a melhoria das condições de vida em Inhassoro. Tomamos em consideração que ao abordarmos a presente temática emergíamos num complexo e unitário campo onde gravitam inúmeros factores como naturais ou ambientais, políticos, sociais, institucionais e económico-financeiros, assim como olhar para o papel do Estado, ONGs, Sociedade Civil e demais actores sociais ou pessoas interessadas.

Para olhar ou fazer uma leitura analítica do estudo, julgamos pertinente a triangulação teórica, onde foram usadas as seguintes teorias, Teoria da Sociedade de Risco de Beck e da Teoria dos *Stakeholders e Responsabilidade Social* de Freeman. Ao abordar o estudo percebemos que, aspectos ligados a RSE muitas vezes são evidenciados pelas acções externas, facto que ao nosso entender pode ser visto como estratégia de visibilidade e marketing criando espaço de reconhecimento e aceitabilidade social e mercado para a empresa, senão enegrecer ou minimizar determinados danos, por outro lado estas acções criam diversas espectativas sociais do desenvolvimento e bem-estar das comunidades, adicionalmente ao analisar os caminhos que concorrem para a desenvolvimento rural através da inserção da empresa, concluímos que os programas e as actividades em curso influenciaram no acesso a certos serviços básicos, como educação, energia eléctrica, água porém, estão ainda aquém do ideal visto que, muitas vezes as estratégias e acções são implementadas de forma isolada o que acaba criando muita expectativa por parte dos beneficiários porque quando são implementadas as acções as comunidades infelizmente não possuem a real consciência do estágio do programa sob de vista da sustentabilidade e periodicidade sem contar que algumas acções consideradas práticas da RSE são obrigações das empresas e do Estado como providencia de serviços básicos (educação, acesso a água potável rede de energia eléctrica bem como saneamento) e serviços de qualidade prestados pelas empresas, aliado ao explícito, um outro factor que entendemos que prevalece como um problema comum entre as localidades e população de Inhassoro é a incidência da pobreza e vulnerabilidade extremas, este fenómeno constitui ainda uma realidade do distrito longe do fim,

refletindo-se enquanto problema normalizado. Os projectos e estratégias em curso não espelham cabalmente à realidade, visto que verifica-se com recorrência o desenvolvimento de actividades de empoderamento económico e social (RSE), contrariada pela falta de observância da sustentabilidade dos projectos e priorização das necessidades locais. Os problemas sociais esperados que se pudessem ser resolvidos com a descoberta e exploração dos recursos naturais como a melhoria de vida (bem-estar) acesso propriamente dito aos serviços básicos, transferência de tecnologias e conhecimento e acesso ao emprego constituem ainda problemas do dia-a-dia.

Confirmamos deste modo, que a hipótese levantada de que a multinacional contribui para o desenvolvimento económico em PIB porém este crescimento não se traduz essencialmente na melhoria do bem-estar social e crescimento humano no contexto rural aliado ao facto de que, os projectos ou estratégias implementadas para práticas de RSE demonstram-se desajustadas reflectindo-se na incidência da pobreza. A fraca participação e integração das comunidades na gestão e acesso aos recursos naturais e serviços oferecidos perpetuam conflitos. Embora existam outros factores que, de forma conjunta, possam explicar a ocorrência da incidência da pobreza ou, o não desenvolvimento. Assim, os elementos levantados são factores fundamentais a serem tomados em consideração. Não só foi possível testar a hipótese por nós levantada, como foi igualmente possível concretizar os objectivos da pesquisa.

É nestes moldes, que julgamos ser imperativo que se abandone o discurso teórico sobre o que de facto está ocorrendo e o que está previsto recorrendo-se à prática, sob ponto de vista teórico as directrizes, os planos e os programas apresentam-se como uma estratégia imprescindível para a materialização das estratégias ligadas ao desenvolvimento, todavia, na prática a realidade vislumbra enormes lacunas e desafios.

Apesar de um crescimento e/ou desenvolvimento de programas e políticas de cunho social emancipatório e económico como, construção e reabilitação de infraestruturas sociais e apoio comunitário em geração de rendas, estes empreendimentos ainda estão aquém da satisfação das necessidades das comunidades de Inhassoro, enfrentando deste modo, significativos desafios, visto que foram notórias as assimetrias nas diferentes localidades do distrito bem como na Vila Sede do Distrito.

Os referidos desafios, incluem as barreiras institucionais, as limitações orçamentais, a percepção de risco de aprovação de programas que não incidam sobre a realidade do estágio actual das comunidades no que tange ao suprimento das necessidades básicas, maior engajamento das comunidades e localidades por parte dos órgãos de tutela, criação de mecanismos para a materialização dos programas proposto pelas comunidades junto do Governo e a Multinacional.

Oportunidades de trabalho no distrito ainda são escassas reproduz-se a exclusão e marginalização ocorridas e já conhecidas na sociedade moçambicana. É imperativo que as formações profissionais oferecidas no distrito se reportem/incidam sobre os ofícios considerados essenciais e necessários para o actual contexto da sociedade moçambicana, para que as diferentes classes desde a mais desfavorecida à afortunada possam colher ofícios e ganhos para sua sobrevivência. É de extrema importância que se garanta um modelo progressivo de RSE e ambiente favorável para sua efectividade concebido como um processo contínuo que possibilite desde pequenas à grandes empresas culminando com o desenvolvimento local ou rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP, *Annual Development Effectiveness Review: Accelerating the pace of change*, 2016. Disponível em: www.afdb.org/annualreport. (acessado em 09 de Agosto de 2020).

ACKAI-BAIDOO, Abigail. “*Enclave Development and ‘Offshore Corporate Social Responsibility’: Implications for Oil-rich sub-Saharan Africa*”. *Resources Policy*, 2012. p. 37, 152-159. ALSTINE, James Van; BARKEMEYER Ralf. “*Business and development: Changing Discourses in the Extractive Industries*”. *Resources Policy*, 2014. p. 40, 4-16.

AYELAZUNO, Jasper. “*Oil Wealth and the Well-being of the Subaltern Class in SubSaharan Africa: A Critical Analysis of the Resource Curse in Ghana*”. *Resources Policy*, 2014. p. 40, 66-73.

BALCHIN, Neil et. al. *Supporting Economic Transformation: Economic Transformation And Job Creation In Mozambique*, 2017. Disponível em: [Economic-transformation-and-job-creation-in-Mozambique-Full-Synthesis-Paper Oct-2017.pdf \(odi.org\)](http://odi.org/publications/working-papers/2017/08/economic-transformation-and-job-creation-in-mozambique-full-synthesis-paper-oct-2017.pdf). (acessado em 28 de Junho de 2021).

BANCO MUNDIAL. *Doing Business*, 2018. Disponível em: http://portugues.doingbusiness.org/~/_/media/WBG/DoingBusiness/Documents/Annual-Reports/English/DB2018-Full-Report.pdf (acessado em 02 de Março de 2021).

_____. *Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades*, 2016.

_____. *Project Finance and Guarantees*, World Bank, December, 2005.

BARBIERI, Jose. C.; CAJAZEIRA, Jorge, Emanuel. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável: Da Teoria à Prática**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a Uma Outra Modernidade**. 2. Ed. São Paulo: 2011. p. 34.

BECK, Ulrich. **A Política na Sociedade de Risco**. Revista Ideias, v. 2, n. 1 (nova série), Campinas, 2010, pp. 230-252

_____. **Weltrisikogesellschaft. Auf der Suche nach der verlorenen Sicherheit**; Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

_____. **Qu'est-ce-que le cosmopolitisme ?** Paris: Éditions Alto Aubier, 2006.

_____. **La sociedad del riesgo mundial: En busca de la seguridad perdida**. Barcelona: Paidós Editorial, 2008.

_____. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

BECK, Ulrich et. al. **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

BEZERRA, Rodrigo Braga. **Responsabilidade Social Corporativa: uma resposta metodológica para orientação de iniciativas**, (Dissertação de Mestrado em Ciência em Planejamento Energético) Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

BIGGS, Tyler. *Mozambique's Coming Natural Resources Boom. Expectations, Vulnerabilities, and Policies for successful Management*. USAID - From the American People/ SPEED – For a Better Business Environment. Draft, 2012.

BIHALE, Domingos. **Indústria Extractiva em Moçambique: Perspectivas para o Desenvolvimento Do País**, Friedrich Ebert Stiftung, p. 48, 2016.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. (Coleção primeiros passos; 95) São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *O que é participação*, 1ª edição, São Paulo. p. 8-35. 1983.

BOWEN, Howard R. *Social responsibilities of the businessman*, New York: Harper & Row, 1953.

BRANDÃO, Carlos. R. (1990). **Pesquisa Participante**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense editor.

BULTE, Erwin H; RICHARD Damania; ROBERT T. Deacon. 2005. **“Resource Intensity, Institutions and Development”**, World Development, Vol. 33, Nº 7, 1029-1044.

CARROLL, Archie. **“Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct”**, Business and Society, Vol. 38, n.º 3, 1999, pp.268-295.

CARROLL, Archie B. & SHABANA, Kareem. M. (2010). **The Business Case for Corporate Social Responsibility: A Review of Concepts, Research and Practice**. *International Journal of Management Reviews*. pp. 85-105.

CASTEL-BRANCO, Carlos. Nuno, (2010). **Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique**. In L. de Brito et al. (orgs.) *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo, IESE. pp. 19-109.

_____ (2004). **What is the experience and impact of South African trade and investment on growth and development of host economies?** A view from Mozambique. HSRC Conference on “Stability, poverty reduction and South African Trade and Investment in Southern Africa”. Pretoria:HSRC.

CHANG, Ha-Joon. **Industrial Policy: Can Africa Do It? Paper presented at IEA/World Bank Roundtable on Industrial Policy in Africa, Pretoria, South – Africa, 2012.**

COM - Comissão das Comunidades Europeias. **Livro Verde: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas**, 2001. COM (2001) 366. Bruxelas: Comissão Europeia. (http://europa.eu.int/eur-lex/pt/com/gpr/2001/com2001_0366pt01.pdf).

COSTA, Lúcia et al. **Escolas Teóricas do Processo de Internacionalização: Conceitos e Evolução Teórica**, V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Frolianópolis, 2015.

DAVIS, Keith (1960), **“Can business afford to ignore social responsibilities?”**, California Management Review, Vol. 2, pp. 70-76.

_____ (1967), **“Understanding the social responsibility puzzle: What does the businessman owe to society?”** Business Horizons, Vol. 10, pp. 45-50.

DAVIS, Keith (1973), *“The case for and against business assumption of social responsibilities”*, Academy of Management Journal, June, pp.312-322.

DAVIS, Keith, & BLOMSTROM, L. Blomstrom. (1957), *Business and Society: Environment and Responsibility*. 3ª Ed. McGraw-Hill, New York.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e Desenvolvimento Económico – Modelo e Agentes do Processo**, Editora Sílabo, Lisboa, 2006.

FREEMAN, Edward R. **Strategic Management : A Stakeholder Approach**. Cambridge University Press, 2015. p. 276.

_____. (1994), **The Politics of Stakeholder Theory: Some Future Directions**, *Business Ethics Quarterly*, Vol.4, New York

Fundo Mundial Para A Natureza (WWF), Moçambique [s.n]: Projecto **“Envolvimento da Sociedade Civil na discussão e debate associado ao desenvolvimento do estudo do MIREM sobre Responsabilidade Social Corporativa em Moçambique”**. Maputo Moçambique. Disponível em: www.wwf.org.mz.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, António Carlos. **Como Elaborar Projectos de Pesquisa**. 4a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILPIN, Robert Global. **Political Economy: Understanding The International Economic Order**, Princeton University Press, 2001.

GOODPASTER, Kenneth, E. **Business ethics and stakeholder analysis**, *Business Ethics Quarterly*, 1991.

HOLTERMAN, Devin. *“The Biopolitical War for Life: Extractivism and the Ugandan Oil State”*. Resources Policy, 2014. p. 1, 28-37.

HOND, Frank Den, Frank G. A. de Bakker, Peter Neergaard. *“Introduction to Managing Corporate Social Responsibility in Action: Talking, doing and Measuring”*. In Hond, Frank den,

Frank G. A. de Bakker, Peter Neergaard, eds. *Managing Corporate Social Responsibility in Action; Talking, Doing and Measuring*. Inglaterra: Ashgate, 2007. p. 1-14.

Instituto Nacional de Estatística (INE), **Indicadores em Flash**, Distrito de Inhassoro 2021. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/> (acessado em 26 de Outubro de 2022).

_____, 2020. **Anuário Estatístico 2019-** Moçambique. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/> (acessado em 06 de Março de 2021).

_____, 2017. **Informação Rápida**. Disponível em: <http://www.ine.gov.mz/> (acessado em 02 de Março de 2021).

Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), **Situação e Desafio em Moçambique**, Maputo, 2016.

International Labour Organization. **Relatório Final: O Ambiente Favorável para Empresas Sustentáveis em Moçambique**. International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, 2019.

JENKINS, Rhys. “*Globalization, Corporate Social Responsibility and Poverty*”. **International Affairs**, 2005. p 81, 3, 525-540.

JOHNSON, Harold. L. (1971). *Business in contemporary society: Framework and issues*. Wadsworth Pub. Co. Belmont, California.

Jornal Diário Económico, Maputo, 01/04/2022. **Moçambique Entre os Cinco Países com o Tipo de Gás ‘Mais Limpo’ do Mundo**. Disponível em: <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/04/01/oilgas/mocambique-entre-os-cinco-paises-com-o-tipo-de-gas-mais-limpo-do-mundo/>

Jornal o País, Maputo, 23/09/2013. **Todas as empresas devem ser socialmente responsáveis**. Disponível em: <http://www.opais.co.mz/index.php/entrevistas/76-entrevistas/5953-todas-asempresas-devem-ser-socialmente-responsaveis.html,Moçambique>.

KEMP, Deanna; OWEN. John R. “*Community Relations and Mining: Core to Business but not ‘Core Business’*”. **Resources Policy**. 2013 p.38, 523-531.

KRUGMAN, Paul R. e MAURICE Obstfeld. **Economia e Política**. 6ª Edição, Pearson Education do Brasil, São Paulo, 2005.

LAKATOS, Eva, M.; Marconi, Marina. A. **Sociologia Geral**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas.

_____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5a. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

LEVITT, Theodore. **The Dangers of Social Responsibility**. *Harvard Business Review*. 36(5), 1958 pp. 41-50.

LUNING, Sabine. **“Corporate social Responsibility (CSR) for Exploration: Consultants, Companies and Communities in Processes of Engagements”**. *Resources Policy*. 2012. 37, 205-211.

MACHADO, F; PINHEIRO, C, A. **Responsabilidade Social Corporativa e Criação de Valor para as Organizações: Um Estudo Multicasos**, (Tese de Doutorado em Administração) São Paulo, Universidade São Paulo, 2002.

MAGALHÃES, Carla. **Responsabilidade Social uma Visão Ibero Americana: "Responsabilidade Social e Regulada no setor Metalomecânico Brasileiro e Português: Um estudo Comparativo e Cultural"**, (2011) p.88.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa em Marketing: Metodologia, Planeamento**. 4. ed. Atlas, São Paulo, Brasil, 1997.

MELO NETO, Fernando. P. e BRENNAND, Jorgiana. M. **Empresas Socialmente Sustentáveis: O Novo Desafio da Gestão Moderna**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2004.

MILANDO, João. **Cooperação Sem Desenvolvimento**. Lisboa: ICS, 2005.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 3/93, de 24 de Junho. **Legislação sobre Investimentos em Moçambique**, Maputo, 24 de Junh. 993.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 14/2002 de 26 de Junho. **Lei de Minas**, Maputo, 26 de Junh. 202.

MOÇAMBIQUE. Lei nº 3/2001 de 21 de Fevereiro, **Lei de Petróleos**, Maputo, 21 de Fev. 001.

MOSSE, M; SELEMANE, T. **Alguns Desafios na Indústria Extractiva em Moçambique**. Ed. CIP. 2008, Maputo.

NAMBURETE, Salvador. **Economia Internacional**. CEEI – ISRI, Maputo, 2002.

NIPASSA, O. **Autonomia e Dependência da Sociedade Civil no Processo de Desenvolvimento Humano em Moçambique**. Tese (Doutoramento em Estudos Africanos), ISCTE-IUL, Lisboa, 2016.

OLIVEIRA, José A. Puppim. **Empresas na Sociedade: Sustentabilidade e Responsabilidade Social**. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2008.

PINEDA, José; RODRIGUES, Francisco. 2010. *Curse or Blessing? Natural Resources and Human Development*. UNDP. Research Paper 2010/04.

PNUD, **Relatórios de Desenvolvimento Humano**. 2012. <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/MOZ> (acessado em 06 de Março de 2021).

REETZ, Lucimar; TOTTOLA, Etienne de Castro. **Responsabilidade Social – Impossível ficar de fora**. São Paulo: Livro Pronto, 2006.

ROSAS, Isabel, A.G.; CÂNDIDO, Gesinaldo. A. **Capital Social como Instrumento para Viabilização do Desenvolvimento Regional: Estudo de Caso no Cariri Paraibano**. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR • v. 4, n. 2, 2008. p. 58-80, maio/2008, Taubaté, SP, Brasil.

ROBECOSAM. **Relatório do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) de 2019**. [Santander é o melhor banco no Índice Dow Jones de Sustentabilidade 2019 \(nsbanking.com\)](https://www.nsbanking.com).

SAAD-FILHO, Alfredo; WEEKS John. *“Curses, Diseases and Other Resource Confusions”*. Third World Quarterly, 2013. p. 1-21-34:1.

SASOL, (2022). **Relatório de implementação dos acordos de desenvolvimento local (ADL) e outros projectos sociais**, Moçambique, 2022.

_____,(2021). **Annual Review and Summarised Financial Information**, 2021

SA8000. Norma Internacional – Responsabilidade Social 8000. **Social Accountability International**, 2001.

SILVA, António, C; RICARDO, Alexandre, M. G. **Teoria dos Stakeholders e Responsabilidade Social: algumas considerações para as organizações contemporâneas**, UCDB, Portal da Educação, Brasil, (2011).

SOUSA, Almir, F; RICARDO, José, A. **O Valor da Empresa e a influência dos Stakeholders**, Editora Saraiva, São Paulo, (2006).

SOUZA, Adriana, G. **Responsabilidade Social Empresarial – Ética ou Marketing?** Rio de Janeiro: Synergia, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. *“Making natural resources into a blessing rather than a curse”*. In Tsalik, Svetlana; Anya Schiffrin, eds. *Covering Oil. A reporter’s guide to energy and development*. Revenue Watch. Nova Iorque: Open society Institute, 2005.

STANDING, André. **“Ghana’s Extractive Industries And Community Benefit Sharing: The Case For Cash Transfers”**. In *Resources Policy*. - Elsevier, ISSN 0301-4207. - Vol. 40.2014, C, 2014. p. 74-82.

VASCONCELOS, Marco, A; GARCIA Manuel, E. **Fundamentos de Economia**, Saraiva, São Paulo, 1998.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. Atlas, São Paulo, Brasil, 1997.

UNCTAD. **Manual for Diplomats**, 1980. <http://www.unctad.org>. (acessado em 20 de Março de 2021).

UNICEF. **Análise do Espaço Fiscal**. Maputo, Moçambique, 2019.

USAID. **ATLAS-Project_Climate-Risk-Profile-Mozambique**, 2018.

World Business Council for Sustainable Development. **Corporate social responsibility: making good business sense**, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Perfil Sociodemográfico dos Entrevistados

Dados Sociodemográficos dos Entrevistados					
Código do Entrevistado	Sexo	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Cargo/Profissão
DEI_Nr_01	Masculino	d) 38-43anos	Maputo	Superior	Secretario-Permanente
DEI_Nr_02	Masculino	e) 44-49anos	Inhambane	Superior	Chefe-do-Posto e Docente
DEI_Nr_03	Feminino	b) 26-31anos	Inhambane	Técnico-Médio	Secretária-Do-Gabin-Govern.
DEI_Nr_04	Masculino	e) 44-49anos	Gaza	Superior	Resp.Depart-RH
DEI_Nr_05	Masculino	e) 44-49anos	Maputo	Superior	Responsável-Assuntos-Sociais
DEI_Nr_06	Masculino	d) 38-43anos	Africa-do-Sul	Superior	Executivo Sênior
DEI_Nr_07	Feminino	c) 32-37anos	Inhambane	Primário	Agente-de-Limpeza
DEI_Nr_08	Masculino	e) 44-49anos	Sofala	Secundário	Segurança
DEI_Nr_09	Masculino	c) 32-37anos	Africa-do-Sul	Técnico-Médio	Técno-de-Manu-de-Máquinas
DEI_Nr_10	Masculino	d) 38-43anos	Inhambane	Secundário	Chefe-do-Comité-Comunitário
DEI_Nr_11	Masculino	g) 56anos-ou-+	Inhambane	Primário	Líder Comunitário
DEI_Nr_12	Feminino	g) 56anos-ou-+	Inhambane	Alfabetização	Líder Comunitário
DEI_Nr_13	Masculino	g) 56anos-ou-+	Inhambane	Alfabetização	Líder Comunitário
DEI_Nr_14	Masculino	b) 26-31anos	Gaza	Superior	Agrônomo
DEI_Nr_15	Masculino	c) 32-37anos	Inhambane	Secundário	Comerciante
DEI_Nr_16	Feminino	f) 50-55anos	Inhambane	Primário	Camponesa
DEI_Nr_17	Masculino	c) 32-37anos	Inhambane	Analfabeto	Pescador
DEI_Nr_18	Feminino	g) 56anos-ou-+	Inhambane	Primário	Modista
DEI_Nr_19	Masculino	b) 26-31anos	Inhambane	Primário	Pedreiro
DEI_Nr_20	Masculino	c) 32-37anos	Zambézia	Secundário	Comerciante
DEI_Nr_21	Feminino	d) 38-43anos	Inhambane	Primário	Zeladora-de-Pousada
DEI_Nr_22	Masculino	c) 32-37anos	Inhambane	Técnico-Médio	Operador-de-Furos-de-Água
DEI_Nr_23	Feminino	a) 20-25 anos	Maputo	Técnico-Médio	Electricista
DEI_Nr_24	Masculino	f) 50-55 anos	Gaza	Secundário	Motorista
DEI_Nr_25	Masculino	e) 44-49 anos	Inhambane	Alfabetização	Camponês
DEI_Nr_26	Masculino	e) 44-49anos	Inhambane	Primário	Pedreiro
DEI_Nr_27	Masculino	g) 56anos-ou-+	Inhambane	Primário	Camponês
DEI_Nr_28	Masculino	c) 32-37anos	Inhambane	Alfabetização	Pescador
DEI_Nr_29	Feminino	d) 38-43anos	Inhambane	Primário	Membro-Comité-Comunitário
DEI_Nr_30	Masculino	b) 26-31anos	Inhambane	Primário	Comerciante

Fonte: Autor da pesquisa, 2022.

APÊNDICE B: Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do Projecto: Responsabilidade Social Das Empresas No Contexto Rural: Estudo De Caso da SASOL em Inhassoro.

1. *Introdução*

O presente Consentimento Informado insere-se no âmbito da elaboração do trabalho de culminação de curso em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Universidade Eduardo Mondlane, elaborada pelo cursando de Mestrado: Manuel Yazalde Cipriano Macaime. Sua colaboração é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, porém, não é obrigatória. A sua participação neste estudo é voluntária e a qualquer momento pode desistir de participar e retirar seu consentimento, após a culminação da pesquisa o participante poderá ter acesso ao trabalho.

2. *Objectivos*

A supracitada pesquisa tem em vista, a compreensão dos factores cruciais que influenciam no desenvolvimento rural de Inhassoro a partir de práticas endógenas e exógenas das multinacionais na componente de responsabilidade social das empresas.

3. *Procedimentos do Estudo*

Será solicitado a responder a uma entrevista semi-estruturada, que será gravada e posteriormente transcrita para análise. As informações registadas servirão apenas para fins de investigação e não serão utilizadas com qualquer outro objectivo que não seja académico, como forma de estabelecer uma aproximação entre a teoria e a prática e favorecer uma ampliação do conhecimento acerca desta temática.

4. *Carácter Confidencial dos Registos*

As informações obtidas, bem como seus dados pessoais, serão tratados apenas pelo pesquisador e esses dados serão mantidos confidenciais. Não poderá ser identificado quando o material de seu registo for utilizado, seja para propósitos de publicações científica, educativa, ou apresentação oral. Os registos gravados ficarão sob a responsabilidade do pesquisador, em seu computador pessoal e serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa, sendo destruídos posteriormente. O material colectado será designado de forma fictícia.

5. *Riscos e Benefícios*

Como possíveis benefícios, os resultados da pesquisa poderão gerar conhecimentos importantes para o trabalho dos diferentes profissionais e pesquisadores da área social que actuam com a temática do desenvolvimento rural. Poderá também beneficiar as entidades e programas que intervém na componente do desenvolvimento propiciando questionamentos, aprimoramento de propostas e estratégias de intervenção. Como possíveis riscos, no momento da entrevista e observação poderão ocorrer algum desconforto ou conflito para o participante os quais o entrevistador fará de tudo para acautelar e minimizar. O pesquisador garantirá a confidencialidade das informações e o anonimato dos participantes.

6. *Declaração de Consentimento*

Lí as informações contidas neste documento, antes de assinar o presente termo de consentimento. Concordo em participar como informante, colaborando, desta forma, para o sucesso da pesquisa. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem quaisquer reservas para participar como entrevistado deste estudo.

Maputo, _____ de _____ de 2022

(Assinatura do participante)

Declaro que me comprometo a respeitar todas as directrizes éticas, para que esta investigação seja realizada em condições de segurança e respeito pelas partes envolvidas.

(Assinatura do pesquisador)

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO
GUIÃO DE ENTREVISTA PARA COMUNIDADE

I. Perfil Sócio-Demográfico

1. Qual é a sua idade?
 - a)20-25 anos
 - b) 26-31anos
 - c)32-37anos
 - d)38-43anos
 - e)44-49 anos
 - f) 50-55anos
 - g)56-em diante
2. Qual é a sua profissão?
3. Qual é a sua naturalidade?

II. Percepções sociais sobre Práticas da responsabilidade Social das Empresas

1. Já ouviu falar de Responsabilidade Social das Empresas para comunidades?
 - 1.1. Se, sim o que entende sobre a RSE?
2. Já alguma vez as empresas inseridas neste distrito ajudaram a comunidade com algum projecto ou construção de Hospital, escola ou outro?
3. Acha que com a instalação da SASOL e actividades desenvolvidas pela empresa neste distrito a condição de vida da população tem melhorado?
4. Já ouviu falar ou tem algum conhecido que já se beneficiou da assistência em um projecto ou iniciativa de empreendedorismo seja de agricultura, turismo ou outro da iniciativa da SOSAL aqui no distrito?

III. Processo de Instalação da Multinacional SASOL na Comunidade

1. Quando a SASOL instalou-se neste distrito a comunidade teve oportunidade de falar com os representantes da empresa e membros do Governo?
2. Já houve registos de conflitos entre a comunidade e a empresa por causa de factores do meio ambiente?
3. O que acha que a empresa SASOL representa para o distrito?

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA COLABORADORES DA SASOL

II. Perfil Sócio-Demográfico

1. Qual é a sua idade?
a)20-25 anos b) 26-31anos c)32-37anos d)38-43anos
e)44-49 anos f) 50-55anos g)56-em diante
2. Qual é a sua naturalidade?
3. Qual é o seu grau de escolaridade/académico?
4. Qual é a sua área de formação profissional?
5. Qual é a sua função?

II. Percepções dos Colaboradores sobre Praticas da Responsabilidade Social da SASOL

1. O que entende por Responsabilidade Social das Empresas?
2. A seu entender a comunidade alguma vez se beneficiou de algum projecto ou assistência da iniciativa da SASOL?
3. Tem algum conhecimento de um projecto que está em vigor em benefício a comunidade?
4. Já teve oportunidade de ter alguma formação ou qualificação técnica financiada pela SASOL?
5. Acha que com a instalação da SASOL neste distrito a condição de vida da população tem melhorado?

IV. Processo de Instalação da Multinacional SASOL na Comunidade

5. Acha que quando a SASOL se instalou neste distrito a comunidade teve oportunidade de falar com os representantes da empresa e membros do Governo?
6. Já houve registos de conflitos entre a comunidade e a empresa por causa de factores do meio ambiente e expectativas sociais não satisfeitas?

MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL E GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

GUIÃO DE ENTREVISTA PARA CORPO ADMINISTRATIVO ESTATAL

I. Perfil Sócio-Demográfico

1. Vossa idade?
 - a) 20-25 anos
 - b) 26-31 anos
 - c) 32-37 anos
 - d) 38-43 anos
 - e) 44-49 anos
 - f) 50-55 anos
 - g) 56-em diante
2. Vossa naturalidade?
3. Função desempenhada?

II. Percepções sobre Práticas da Responsabilidade Social da SASOL

1. Ao vosso entender a comunidade beneficia-se de algum projecto ou assistência da iniciativa da SASOL?
2. De que forma o Governo trabalha em parceria com a SASOL para o desenvolvimento do distrito?

III. Processo de Instalação da Multinacional SASOL na Comunidade

5. Como é que o Governo olha para a relação entre a multinacional SASOL e a comunidade (expectativas da comunidade com a instalação da empresa e planos da multinacional com a comunidade)?
6. Qual é o papel do governo enquanto mediador dos impactos ambientais da exploração do gás pela multinacional?

ANEXOS

Anexo A: Mapa da Localização Geográfica de Inhassoro

Localização Geográfica do distrito de Inhassoro



Fonte: CENACARTA, 2022.



Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Visto
A Directora-adjunta para a Pós-graduação
Prof. Doutora Lurdes Rodrigues da Silva
(Professora Auxiliar)

CRENCIAL¹

O Sr. **Manuel Yazalde Cipriano Macaime** frequenta o curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão do Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane e está a elaborar uma dissertação subordinada ao tema ‘Responsabilidade Social das Empresas no Contexto Rural: Estudo do Caso de SASOL-2015-2020’. Neste âmbito, solicitamos ao Distrito de Inhassoro que lhe conceda todo o apoio necessário para o alcance dos seus objectivos.

Agradecemos antecipadamente a vossa colaboração.

Maputo, 14 de Fevereiro de 2022

Director do curso
Ivo Cumbana
Mestre. Ivo Cumbana

¹ Válido por 90 dias contados a partir da data da assinatura

À Directora Adjunta para a Pós-graduação da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

Assunto: **Parecer do Supervisor**

Manuel Macia, docente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e supervisor do mestrando **Manuel Yazalde Cipriano Macaime**, do curso de Mestrado em Sociologia Rural e Gestão do desenvolvimento, vem por meio deste, confirmar que o mestrando concluiu a redacção da sua dissertação. Fiz a devida revisão teórica e metodológica (e não linguística, actividade da responsabilidade do estudante). Uma vez que o trabalho respeita o mínimo dos padrões de qualidade exigíveis, sou da opinião que reúne condições para ser apresentado ao um júri de avaliação, pelo que autorizo a sua submissão para os efeitos devidos.

Atenciosamente,

Manuel Macia, PhD

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Manuel Macia', with a horizontal line extending to the right.

(Professor Auxiliar)